

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
CURSO DE ENGENHARIA FLORESTAL**



**DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NA
REGIÃO DE OURO PRETO DO OESTE-RO:
DESAFIOS DA ATER AGROECOLÓGICA.**

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENGENHARIA FLORESTAL

Rodrigo Diego Quoos

**Santa Maria, RS, Brasil.
2007**

**DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NA REGIÃO
DE OURO PRETO DO OESTE-RO: DESAFIOS DA ATER
AGROECOLÓGICA.**

por

Rodrigo Diego Quoos

Relatório apresentado ao Curso de Engenharia Florestal da Universidade Federal
de Santa Maria, como parte das exigências da disciplina EFL 501–
Estágio Supervisionado em Engenharia Florestal

Orientadora: Vivien Diesel

Santa Maria, RS, Brasil

2007

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Curso de Engenharia Florestal**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova o Relatório de Estágio

**DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NA REGIÃO DE
OURO PRETO DO OESTE-RO: DESAFIOS DA ATER
AGROECOLÓGICA**

Elaborado por
Rodrigo Diego Quoos

Como parte das exigências da disciplina
EFL 501 – Estágio Supervisionado em Engenharia Florestal,
e como parcial para obtenção do grau de
Engenheiro Florestal

Comissão Examinadora:

**Vivien Diesel, Dr. (UFSM)
(Orientadora)**

Pablo Signor, Engenheiro Florestal

**Marco Azambuja Alves, Esp. em Educação do Campo
e Agricultura Familiar Camponesa**

Santa Maria, 01 de Março de 2007

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais: Cirio e Silvia, para quem dedico todo este trabalho em retribuição ao apoio dado por eles durante a graduação.

À Liege: Companheira que neste período soube mais do que nunca o que é amar.

Ao João: Só mesmo um irmão como este para compreender o que é uma luta.

À Sabrina: Afino e destreza em levar vida na boa.

À Bruna: sinônimo de renascimento em nossa família.

Ao Fabiano e a Luciana, meus irmãos que sempre acreditaram nesta aposta.

À vó Luci: Matriarca leal e sincera.

À vó Estelita: *in memoriam*.

A Vivien: Professora, mas acima de tudo amiga.

Aos amigos inesquecíveis desta universidade que sempre me apoiaram.

Ao Jeison e família: Pelo grande apoio dado durante o estágio;

A todos os diretores, funcionários e técnicos da APA que proporcionaram enorme aprendizado durante o estágio.

Ao Sebastião que me desvendou o código.

Aos mártires que lutaram por uma sociedade igualitária e justa.

Ao ensino público e de qualidade, sem o qual não teria minha formação.

A todos aqueles que acreditam no futuro, mas acima de tudo fazem alguma coisa para mudar o hoje.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Imagem de Rondônia.....	16
Figura 2: Localização da região da Grande Ouro Preto do Oeste.....	16
Figura 3: A atual sede da Associação dos Produtores Alternativos.....	23
Figura 4: Consórcio agroflorestal simples (Pupunha X Teca X Café X Bandarra).....	29
Figura 5: Áreas com implantação de SAF's mais complexos	30
Figura 6: Poda de condução do cacaueiro (Theobroma cacao).....	33
Figura 7: Viveiro florestal do município de Urupá.....	34
Figura 8: Canteiros de produção de mudas do Viveiro da APA.....	36
Figura 9: Material descartado encontrado no Viveiro Central da APA.....	38
Figura 10: Área recentemente manejada de pupunha.....	40
Figura 11: Recebimento e triagem do palmito de pupunha.....	41
Figura 12: Embalagens de palmito para comercialização.....	42
Figura 13: Sala da unidade de beneficiamento de frutas	44
Figura 14: Embalagens dos doces, licores e geléias de frutas.....	45
Figura 15: Unidade de produção de cera.....	46
Figura 16: Associados da APA do município de Mirante da Serra.....	51
Figura 17: Estrutura Geral do Programa PROAMBIENTE.....	54
Figura 18: Os pólos pioneiros do PROAMBIENTE.....	55
Figura 19: Horta Mandala na propriedade do Sr. Angelino.....	61
Figura 20: Propriedade modelo do PROAMBIENTE.....	62
Figura 21: “Dinâmica da Teia” no Sub-grupo Renascer de Teixeirópolis.....	65
Figura 22: Divisão e elaboração de proposta em pequenos grupos.....	66
Figura 23: Etapa de discussão e criação de uma nova proposta.....	67
Figura 24: Fase de apresentação das propostas para todo o sub-grupo.....	68
Figura 25: Delegação do Pólo do PROAMBIENTE.....	72
Figura 26: Fábrica de beneficiamento de castanha do Brasil em Brasília.....	73
Figura 27: Coletor de látex de Hevea brasiliensis.....	74
Figura 28: Palestra para escola Nova Estrela (Alvorada do Oeste – RO).....	76
Figura 29: Lixo dos arredores da Escola Nova Estrela	76

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1: Relação das sugestões e soluções apresentadas pelos associados de Mirante da Serra –RO.....	89
Anexo 2: Modelo de Plano de Utilização.....	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estrutura organizacional da APA.....	22
Quadro 2: Atividades desenvolvidas durante o estágio na APA de Ouro Preto do Oeste, Rondônia.....	24
Quadro 3: Espécies cultivadas no viveiro da APA.....	37
Quadro 4: Quadro com índice populacional e índices de desmatamento para a região em 2004.....	58
Quadro 5: Documento elaborado na revisão do acordo comunitário do sub-grupo Renascer de Teixeirópolis.....	70

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
LISTA DE ANEXOS.....	6
LISTA DE QUADROS.....	7
SUMÁRIO.....	8
1. INTRODUÇÃO.....	10
2. HISTÓRICO DE COLONIZAÇÃO DE RONDÔNIA, DA REGIÃO DE OURO PRETO DO OESTE, AS ATIVIDADES DA APA E DO ESTÁGIO.....	14
2.1. Histórico de ocupação da região de Ouro Preto do Oeste, RO.....	14
2.2. Caracterização da região e da problemática do desenvolvimento na região de Ouro Preto do Oeste.....	15
2.3. Histórico e áreas de atuação da APA.....	17
2.4. Estrutura organizacional e funcionamento da APA	20
2.4.1. Da constituição e estatuto da Associação.....	20
2.4.2. Infra-estrutura da APA.....	23
2.5. Atividades executadas durante o estágio.....	24
3. ATUAÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES PRÓPRIAS DA ASSOCIAÇÃO.....	27
3.1. Princípios orientadores da ação de ATER na APA.....	27
3.2 Ações no âmbito da Produção Sustentável.....	28
3.2.1 Implantação e manutenção de sistemas agroflorestais	28
3.2.1.1 Oficina sobre Cacaucultura:.....	32
3.2.1.2 Viveiros municipais.....	33
3.2.1.3 Formação de viveiros comunitários.....	34
3.2.1.4 Diagnóstico do viveiro da APA.....	35
3.3 Ações no âmbito do Beneficiamento da produção familiar.....	38
3.3.1 Produção de palmito de pupunha.....	39
3.3.2 Produção de polpas de frutas.....	43
3.3.3 Produção de doces, geléias e licores.....	44

3.3.4 Produção de mel.....	45
3.3.4 Produção de farinhas multimistura e mesocarpo de babaçu.....	47
3.4 Ações no âmbito da comercialização e marketing dos produtos sustentáveis.....	47
3.5 Ações no âmbito da Capacitação e formação de produtores e agentes ecológicos.....	48
3.5.1 Educação ambiental.....	48
3.5.2 Capacitação e difusão da agroecologia.....	49
3.6. Outras ações: Recadastramento de sócios.....	50
4. ATUAÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO ÂMBITO DOS PROJETOS EM QUE A ASSOCIAÇÃO É PROPONENTE.....	52
4.1. PROAMBIENTE.....	52
4.1.1. Histórico e objetivos do programa.....	52
4.1.2 Ações do PROAMBIENTE no pólo pioneiro de Ouro Preto do Oeste – RO.....	57
4.1.3 Ações de ATER relativas ao plano de Utilização da Unidade de Produção – PU.....	59
4.1.4 Ações de revisão dos acordos comunitários.....	63
4.1.5 Intercâmbio: Visita ao Pólo Alto Acre/AC.....	71
4.1.6 As ações de educação ambiental.....	75
5. DISCUSSÃO.....	78
6. CONCLUSÃO.....	84
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	86
8. ANEXOS.....	89

1. INTRODUÇÃO

Durante séculos a Amazônia brasileira permaneceu em seu estado natural, com os “Povos da Floresta”¹ convivendo com o ecossistema florestal. Grande parte destes ocupantes tradicionais da região, praticavam uma agricultura “migratória”² de derruba e queima, com pouca estabilidade territorial e diversidade agrônômica. A partir da década de 70 a Amazônia, o maior e mais complexo ecossistema terrestre, entrou num histórico momento de transformação ambiental, pois uma “frente desenvolvimentista” vem e instala-se na Amazônia, com um vigor semelhante ao ocorrido nas outras regiões de floresta tropical úmida do globo e no Sul e Sudeste do País (LISBOA, 1989). A partir daí ocorreu um incremento significativo na ocupação da Amazônia. Buscando a integração desta região ao restante do País investiu-se na abertura de estradas, em projetos de colonização e em determinadas atividades da região. O padrão de uso e ocupação da terra que foi incentivado nos projetos de colonização caracterizou-se pela substituição da floresta nativa por sistemas agrícolas e ou sistemas pastoris (COSTA, 2005). Resultando na ampliação das áreas desmatadas que hoje atingem cerca de 16% da região amazônica. Para Hurtienne (2001) a maior parte dos programas governamentais desenvolvidos nos últimos 35 anos na região mudou profundamente sua estrutura econômica, demográfica e ecológica.

O processo de desmatamento vem sendo favorecido por diversos fatores. As matas nativas diminuíram à medida que ocorreu o aumento das populações humanas, já que os imigrantes, desconhecendo a região, praticaram sistemas de produção extensivos insustentáveis não adaptados às frágeis condições de clima e solos (WILLERDING; OLIVEIRA, 2005). Ineficientes na reposição da fertilidade natural, forçam o constante avanço sobre áreas novas. Outros fatores, além das limitações da prática agrônômica, contribuem para o constante avanço sobre novas áreas. Conforme Barreto (2005) o acesso relativamente fácil³ às terras públicas e a baixa aplicação da lei florestal permitiram o acúmulo de capital por meio da exploração ilegal de madeira, sendo parte desse capital investido na pecuária, que valoriza as áreas ocupadas. Esta prática de avanço sobre florestas com fins de capitalização é ainda praticada por pequenos, médios e grandes produtores rurais na região. Além disto, o avanço da fronteira agrícola com a produção de “commodities” como a soja vem

¹ Consideram-se aqui como “Povos da Floresta”, os povos indígenas, ribeirinhos, seringueiros e extrativistas.

² Agricultura migratória pode ser considerada aquela em que se derrubam as árvores e logo em seguida queima-se toda a cobertura morta. Esta técnica primitiva, ainda hoje é mais utilizada para limpar áreas novas para plantio e para facilitar o acesso às novas áreas de floresta.

³ A baixa presença governamental nas fronteiras favorece ainda hoje a ocupação ilegal de terras públicas.

determinando um novo ciclo de desmatamento que se dá a partir do centro oeste e leste para o noroeste, conhecido como “Arco do Desmatamento”.⁴

O desmatamento na Amazônia tem inúmeras implicações. Do ponto de vista do ambiente biofísico, o processo de desmatamento, vem impactando negativamente áreas de matas ciliares, topos de morros, encostas e nascentes, comprometendo a qualidade e a disponibilidade da água, a qualidade e fertilidade dos solos. Além do prejuízo direto da perda da floresta, o desmatamento provoca emissões de gases do efeito estufa, contribuindo para o aquecimento global da atmosfera (HIGUCHI, 2006). A importância da maior floresta tropical do planeta como acervo de biodiversidade e na prestação de serviços ambientais para o clima global, gera indagações quanto aos riscos associados a muitas das práticas econômicas vigentes na região.

Além das implicações físico-biológicas o modelo de desenvolvimento vigente tem um componente social importante. Embora em curto espaço de tempo, possa ter beneficiários diretos (que transformam capital natural em capital financeiro), no longo prazo o modelo de desenvolvimento é prejudicial a todos. Em nível local diminui as oportunidades de produção sustentável, promove a exclusão social, a concentração da terra, da renda e do poder. Regionalmente enfraquece a economia tornando-a mais dependente de insumos externos, intensivos em capital financeiro, nunca disponível para a maioria da população de pequenos agricultores. Globalmente associa o país às práticas insustentáveis de uso dos recursos naturais comprometendo a participação da produção nos mercados internacionais, cada vez mais exigentes⁵. Pouca ou nenhuma importância estratégica vem sendo dedicada aos aspectos sociais dos povos amazônicos ou ao meio ambiente como fonte de recursos naturais, sendo apenas considerada a acumulação de capital como objetivo central, desprezando-se a busca por melhores formas de distribuição desse capital e de acesso igualitário e permanente aos recursos naturais.

É essencial que qualquer proposta de desenvolvimento para a Amazônia venha reconsiderar o modelo vigente. Para enfrentar esses problemas, mudanças substanciais devem ocorrer na forma de encarar o desafio de compatibilizar desenvolvimento com conservação

⁴ Entende-se que esse recente histórico de ocupação humana na região conhecida como “Arco do Desmatamento” é indissociável do modelo de desenvolvimento do capital, que em detrimento do desenvolvimento social tem predominado há décadas na América Latina.

⁵ Para saber mais desta preocupação internacional sobre a Amazônia, maiores informações consultar: www.fsc.org

dos ecossistemas.⁶ A busca pela segurança social, preservação das tradições culturais locais e da qualidade ambiental devem caminhar juntas com a busca pela viabilidade econômica, fato que inevitavelmente faz refletir a respeito das formas de desenvolvimento apresentadas para a região.

Em muitas regiões tropicais do globo propõe-se fomentar sistemas agroflorestais. Tais orientações levam à disposição à recuperação florestal nas áreas alteradas, composição de sistemas florestais e agroflorestais com fins socioeconômicos ou de restauração ambiental da floresta. A exploração de sistemas agroflorestais propicia oportunidade de utilização de produtos naturais regionais. Os produtos naturais de origem extrativista sempre estiveram presentes na economia da Amazônia, constituindo-se em alternativas de sobrevivência para os moradores nativos da região. Como exemplos de produtos típicos da região amazônica citam-se o Açaí (*Euterpe Oleraceae*) a Pupunha (*Bactris gasipaes*) e o Babaçu (*Attalea speciosa*).

No plano político, o país vive um momento de consolidação de um governo democrático e popular, que busca através do mesmo aparelho burocrático e dominado pelas velhas elites do país, promover uma mudança no quadro social do Brasil de modo que estão sendo estabelecidas possibilidades concretas para que o aparato estatal e os serviços públicos em geral fiquem à disposição da população, particularmente daqueles segmentos até então alijados do processo de desenvolvimento (MDA, 2004). Isso abre para a possibilidade de que os atores sociais da região solicitem apoio do Estado para esta mudança almejada no modelo de desenvolvimento. Entretanto, na Amazônia estas mudanças não devem ser assumidas unicamente pelos formadores e operadores das políticas públicas, deve-se reconhecer a importância das organizações de base. Essa nova postura foge das velhas formas de dominação e tutela, que atuavam ora pelo paternalismo autoritário, ora pela cooptação participativa.

É no marco de reconstrução do Estado que as atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, em suas várias modalidades (voltada para agricultores familiares, assentados, quilombolas, pescadores artesanais, povos indígenas e outros) vem apontando para a Agroecologia como um dos pilares fundamentais para promover a mudança no meio rural, na perspectiva da sustentabilidade sócio-ambiental. Esta nova política esta sendo potencializada pela organização e força adquirida pelos movimentos sociais na opção de luta

⁶ Este processo exige a mudança de paradigma buscando-se uma nova forma de organização e de respeito à natureza e às riquezas de uma região que contribuam para o reencontro dos processos produtivos e dos diferentes modos de vida com formas sustentáveis do ponto de vista ambiental, econômico, social, cultural, político e ético.

por um novo modelo de desenvolvimento rural, fazem surgir no país diversas associações e cooperativas de produtores preocupadas em produzir respeitando os ecossistemas naturais.

Rondônia - (RO) constitui-se como um estado que apresenta problemática de desenvolvimento semelhante à descrita para a região amazônica como um todo. A ocupação acarretou um rápido processo de degradação dos recursos naturais na região em decorrência da expansão desordenada da fronteira agrícola baseada no modelo agrícola tradicional, crescimento exponencial da pecuária e exploração desenfreada da madeira nativa. Essa ocupação, entretanto, caracteriza-se por um baixo nível de qualidade de vida da população. A região enfrenta uma situação de economia reprimida sem geração de trabalho e renda, estando dessa forma ameaçadas as bases para o desenvolvimento sustentado.

Entre as entidades engajadas na mudança do modelo de desenvolvimento da região encontra-se a APA (Associação dos Produtores Alternativos), fundada em 1992 e situada no município de Ouro Preto D'Oeste. A APA resulta das lutas de trabalhadores e trabalhadoras rurais que, inicialmente, buscavam o estabelecimento de uma política de segurança alimentar e hoje tem uma linha de atuação agrupada em 4 eixos principais: na produção; no beneficiamento; comercialização e marketing e na capacitação, todos relacionados à viabilização de atividades alternativas.

A Associação dos Produtores Alternativos de Rondônia tem conseguido o reconhecimento e a valorização pela sociedade, constituindo uma referência para uma nova proposta sobre o uso dos recursos naturais na região amazônica.

O presente relatório descreve o contexto em que se formou a Associação dos Produtores Alternativos de Ouro Preto do Oeste; quais são suas iniciativas em prol do uso sustentável dos recursos naturais; identifica quais atividades foram realizadas durante o estágio curricular supervisionado obrigatório em Engenharia Florestal; descreve e discute alguns dos processos metodológicos de ATER utilizados por esta forma de organização social; por final levanta proposições e considerações sobre o novo modelo de desenvolvimento e a nova forma de ATER que se configura para a região. O estágio transcorreu no período de 13 de Outubro de 2006 a 21 de Dezembro de 2006 somando uma carga horária total de 420 horas.

2. HISTÓRICO DE COLONIZAÇÃO DE RONDÔNIA, DA REGIÃO DE OURO PRETO DO OESTE, AS ATIVIDADES DA APA E DO ESTÁGIO.

2.1. Histórico de ocupação da região de Ouro Preto do Oeste, RO ⁷.

O Estado de Rondônia, com uma área de 238.512,8 Km² está inserido na Amazônia Ocidental, situado entre os paralelos 70 58' e 13 e 43' de latitude sul e os meridianos 59 50' e 68 48' de longitude a oeste de Greenwich. Está limitado ao norte com o estado do Amazonas, a noroeste com o estado do Acre, a oeste com a República da Bolívia e a leste e sul com o estado do Mato Grosso.

A história de ocupação de Rondônia data do século XVII, com as “Entradas e Bandeiras”, que iam em busca de mão de obra indígena, ouro, pedras preciosas e especiarias. No decorrer do século XIX o ciclo da borracha movimentava a economia e abastecia o mercado internacional. No contexto das estratégias econômicas de defesa das fronteiras nacionais diversas missões tiveram início a partir do século XIX, com as comissões governamentais coordenando a construção das redes telegráficas em direção à região amazônica, sendo a mais conhecida a comandada pelo Marechal Candido da Silva Rondon, que foi encarregado de promover a ligação telegráfica de Mato Grosso e Amazônia com o restante do país (LISBOA, 1989).

No período de 1903 a 1912 foi construída a estrada de ferro Madeira-Mamoré, que gerou os pólos populacionais de Guajará Mirim e Porto Velho. No ano de 1943 criou-se o Território Federal de Guaporé, vindo a ser denominado Território Federal de Rondônia apenas em 1956. Nos anos decorrentes deu-se início a construção da rodovia BR-29 (hoje conhecida como BR- 364), que viria a ser importante agente de transformação e ocupação do território.

A partir de 1964, sob governo militar, fomentou-se a expansão da fronteira agrícola, a implantação da pecuária extensiva de corte e a extração da madeira, em substituição à economia da borracha. Esta medida provocou graves conflitos fundiários, com a expulsão de

⁷ Os dados referentes a historia de colonização de Rondônia e de Ouro preto do Oeste e que não constam de fonte indicada no texto foram retirados do relatório de consultoria prestado pela empresa PROFLOA (Projetos agropecuários e Florestais, LTDA) do ano de 2003, intitulado: Associação dos produtores Alternativos – APA: antecedentes históricos, evolução e estágio atual das condições sócio-econômicas.

seringueiros e trabalhadores agroextrativistas de suas colocações, criando um deslocamento e a migração da população rural para centros urbanos.

No intuito de resolver os conflitos fundiários do País e da região foram criados diversos projetos de colonização, implantados pelo Incra incentivando a produção agropecuária.⁸

Estima-se que migraram para Rondônia, cerca de 800 mil pessoas entre os anos de 1977 e 1994. Esse processo de colonização atraiu colonos de diversas regiões do país (principalmente sul e sudeste) sendo que estas famílias recebiam cerca de 100 ha. de terra para morar e produzir (BINSZTOK, 2006).

2.2. Caracterização da região e da problemática do desenvolvimento na região de Ouro Preto do Oeste.

A região conhecida como Grande Ouro Preto está localizada na região Centro-Oeste do Estado de Rondônia. Abaixo na figura 1 pode-se observar a imagem de Rondônia e a localização de Ouro Preto do Oeste. A região de Ouro Preto do Oeste é formada pelos municípios de Ouro Preto do Oeste, Nova União, Mirante da Serra, Vale do Paraíso, Teixeirópolis e Urupá.

Segundo a classificação de Köppen a região possui um clima do tipo Aw - (Clima Tropical Chuvoso), com média climatológica da temperatura variando entre 25,1 °C. Apresentando uma média de precipitação de 1.951,5 mm, para um total médio de 148 dias com chuva, e estação seca definida entre os meses de Maio a Setembro. (SEDAM, 2005). A região possui solos de média a alta fertilidade, variando entre os solos Podzólico Vermelho, Amarelo e Latossolos Vermelho, Amarelos (SUDECO, 1975). Apresentando relevo levemente ondulado. Na figura 2 observa-se na cor cinza a localização da região da Grande Ouro Preto.

⁸ O Estado de Rondônia rapidamente converteu suas florestas em pastagens, tendo perdido cerca de 26% da sua cobertura original. O desmatamento inicial ocorreu na Bacia do Rio Machado, a maior do estado, onde estão concentrados os maiores impactos ambientais da ocupação desordenada, com área desmatada superior a 50%. (Fonte: Projeto de Conservação da bacia hidrográfica do Rio Machado remetido a Petrobras, no aguardo de aprovação).

Três bacias principais correspondem a Hidrografia de Rondônia: a bacia do rio Madeira (principal afluente pelo lado direito do rio Amazonas), a bacia dos rios Guaporé e Mamoré, e a bacia do rio Ji-Paraná (ou Rio Machado), da qual faz parte a região da Grande Ouro Preto do Oeste.

A floresta Ombrófila Aberta abrange toda a região, recebendo denominações específicas e regionais para as áreas onde se encontra. Podendo ser encontrada a mata de "terra firme", as matas de "várzea" e matas de "igapó", situadas ao longo dos rios mais caudalosos. São formações que fisicamente e floristicamente, assemelham-se aos cerrados da região Centro-Oeste do Brasil.

A região começou a ser ocupada na década de 1970, com a implantação do Projeto de colonização Ouro Preto (PIC). Os colonos, vindos predominantemente das regiões sul e sudeste notaram que a região possuía um clima favorável à agropecuária, com grande índice pluviométrico, motivo pelo qual se efetivou uma exploração agropecuária significativa. O projeto de colonização de Ouro Preto do Oeste e região explica a situação atual em termos de organização fundiária e organização social da agricultura familiar.

No início da década de 1980 foram criados mais dois Projetos, Urupá e Tancredo Neves. Estes abrigavam milhares de famílias que chegavam a Rondônia. No final da década de 1990 foram criados mais três Projetos de Assentamento para atender as demandas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: PA Margarida Alves, PA Palmares e PA Padre Ezequiel.

O modelo de colonização organizado pelo Incra gerou uma ocupação desordenada do espaço territorial, deflagrando nesse procedimento de ocupação a visão de uma floresta que se opunha ao desenvolvimento, e assim originando o desmatamento em grandes e pequenas propriedades desrespeitando a legislação ambiental e que hoje produz um cenário de devastação em proporções superiores a 70% da superfície de floresta que um dia cobriu toda essa região.

2.3. Histórico e áreas de atuação da APA⁹

⁹ Estas informações foram obtidas do trabalho de consultoria elaborado para a Associação dos Produtores Alternativos intitulado: Relatório Sócio-econômico e relações de gênero na Associação dos Produtores Alternativos - APA (SILVA, 2004) e de informações obtidas durante a realização do estágio.

A organização que dá origem à Associação dos Produtores Alternativos provém de um projeto de horticultura e apicultura, viabilizado por um financiamento da Embaixada do Canadá, e com o apoio técnico da ONG já extinta - IPHAE¹⁰. Os produtores eram filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ouro Preto do Oeste - STR e buscavam criar uma alternativa de produção que pudesse responder às questões econômico-produtivas, sociais e ambientais de forma sustentada. O escopo maior do grupo, neste início, era a questão da segurança alimentar das famílias, mas a apicultura alcançou maior destaque. O projeto de apicultura envolveu inicialmente 8 famílias, porém contava com grande potencial de replicação, sendo que em poucos anos aumentou significativamente o número de famílias participantes.

Em 1990, o STR de Ouro Preto do Oeste desenvolveu um projeto de maior envergadura, ainda tendo como parceiro o IPHAE, para a implantação de unidades experimentais de Sistemas Agroflorestais (SAF's). As unidades de SAF's propostas eram compostas de espécies frutíferas, palmáceas e espécies florestais madeiráveis nativas, com potencial econômico de médio e longo prazo. No contexto desta iniciativa foram formadas inicialmente cerca de 120 unidades demonstrativas de SAF's em propriedades de agricultores sindicalizados.

Além da promoção da apicultura, horticultura e da formação de SAF's o grupo que se formava promoveu dezenas de cursos de capacitação, visando sensibilizar os produtores a adotar novas formas e técnicas de produção, tais como o abandono da prática de derrubada e queima da floresta e do uso de agrotóxicos. Também foi desenvolvido um trabalho com grupos de mulheres no qual buscou-se reforçar a preocupação com a segurança alimentar familiar, buscando o aproveitamento de alimentos produzidos nas pequenas propriedades. Em 1991 já estavam envolvidas com o grupo cerca de 20 famílias, adotando formas alternativas de produção e gerando excedentes de mel para a comercialização. Em 28 de outubro de 1992 foi realizada a assembléia de fundação da Associação dos Produtores Alternativos – APA, com 29 assinaturas de produtores da região de Ouro Preto do Oeste. A sede da Associação foi estabelecida na própria sede do STR e ali ficou até 1997. As principais diretrizes político-ideológicas da APA na sua fundação eram:

- Apresentar uma alternativa à produção tradicional;
- Estabelecer uma política local de segurança alimentar familiar;

¹⁰ O IPHAE, (Instituto para o Homem, Agricultura e Ecologia)

- Desenvolver técnicas diferenciadas de produção;
- Iniciar na prática e consolidar uma proposta de desenvolvimento sustentável para a região;
- Ser a vertente econômica da luta dos trabalhadores, com vista à melhoria da qualidade de vida das famílias.

Ao longo da década de 1990 a APA viabilizou uma parceria com o Governo do Estado da Rondônia, buscando seu apoio para aquisição da unidade local da CEPLAC (anteriormente destinada a beneficiamento de cacau) que, naquele momento, estava desativada. Ao alcançar tal propósito a APA passou a dispor de uma significativa infraestrutura, que foi destinada para ser sua sede e para formar agroindústrias beneficiadoras dos produtos agroflorestais oriundos dos SAFs.

A preocupação com a diversificação das fontes de renda levou a procura de meios para concretizá-la. Em meados da década de 1990 a APA buscou apoio externo através de submissão de projeto, que foi aprovado dentro do programa PDA (Projetos Demonstrativos Alternativos). O PDA tinha como principal objetivo contribuir para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, por meio da preservação da floresta e dos demais recursos naturais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores por meio da geração de alternativas econômicas. Para tanto, propunha-se a financiar unidades demonstrativas de experiências consideradas com potencial de replicação no contexto regional.

No período de três anos (1997-2000), que compreende a chamada primeira fase do PDA para a APA, os agricultores enfrentaram desafios, problemas e dificuldades, mas também conseguiram uma melhoria significativa nas condições técnicas e estruturais, que permitiram à APA avançar no processo de beneficiamento e de comercialização de palmito e mel, que até eram então restritos ao mercado local. Outras iniciativas foram surgindo e se fortalecendo ao longo do processo de implementação do PDA, com o envolvimento dos grupos de mulheres nas atividades.

Desde o ano de 2001 a APA está buscando consolidar sua planta agroindustrial, organizada em cinco linhas, a saber:

- Indústria de palmitos de pupunha em conserva;
- Indústria de polpas de frutas;

- Unidades artesanais de produção de alimentação alternativa: farinhas multimistura¹¹, pó de mesocarpo de babaçu, farelo de arroz, pó de casca de ovo, pó de sementes, etc.
- Indústria de beneficiamento de mel e outros produtos apícolas (o processamento atualmente é semi-industrial e absorve cerca de 15 toneladas por ano);
- Unidade de produção de doces e geléias.

Com a trajetória narrada verifica-se que a APA passou a ter uma atuação diversificada necessitando envolver-se em diversos âmbitos do processo produtivo para viabilizar seus propósitos. Atua, assim, em 4 eixos principais:

- Produção sustentável: baseada na cooperação técnica e fomento às famílias de produtores com sistemas agroflorestais e núcleos apícolas
- Beneficiamento da produção familiar: focado no gerenciamento e operacionalização das agroindústrias de palmito de pupunha, polpas de frutas regionais, mel, pó de mesocarpo de babaçu e farinhas multimistura;
- Comercialização e marketing dos produtos sustentáveis: centrados no escoamento, pesquisa e abertura de mercado, certificação, propaganda e venda dos produtos;
- Capacitação e formação de produtores e agentes agroecológicos: com enfoque para a produção agroecológica e gestão ambiental.

Além de atuar nestes eixos, a APA propõe e executa projetos de desenvolvimento rural sustentável em parceria com diversas organizações.

2.4. Estrutura organizacional e funcionamento da APA

2.4.1. Da constituição e estatuto da Associação

A Associação dos Produtores Alternativos, ora denominada “APA”, com sede e fórum na cidade de Ouro Preto do Oeste, Rondônia, Brasil, é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, que se regerá pelo Estatuto original

¹¹ A farinha multimistura além de ser um produto comercializável, também serve de complemento alimentar para as crianças das famílias envolvidas no processo.

e modificações posteriores, e pela legislação específica. É uma Associação cujo escopo fundamental é defender os interesses organizativos, políticos, econômicos e sociais dos trabalhadores(as) rurais a ela associados.

A APA em seu Estatuto no artigo 3º parágrafo único declara:

Para efeito de desenvolvimento de planos, programas e projetos nas áreas de apoio organizacional, apoio à produção sustentável, apoio à comercialização e articulações comerciais, ações de gestão ambiental, apoio à agroindustrialização de produtos agroflorestais, formação e capacitação de produtores e técnicos, a APA terá abrangência nacional, e para tanto poderá firmar acordos de cooperação técnica com instituições congêneres e organismos governamentais. Com o objetivo de aproximar povos e nações a APA poderá fazer acordo de cooperação técnica com instituições de outros países, para intercâmbio de experiências de produção sustentável e comércio solidário em nível internacional.

A associação contava, em 2006, com cerca de 250 associados distribuídos nos municípios da Grande Ouro Preto do Oeste. Todos associados caracterizam-se como agricultores familiares. Entende-se que este número de associados, se comparado ao universo de cerca de 20 mil agricultores existentes na região de Ouro Preto D'Oeste, parece não numeroso porém, são agricultores que possuem um nível de conscientização elevado, fazendo com que a entidade tenha qualidade e densidade organizativas.

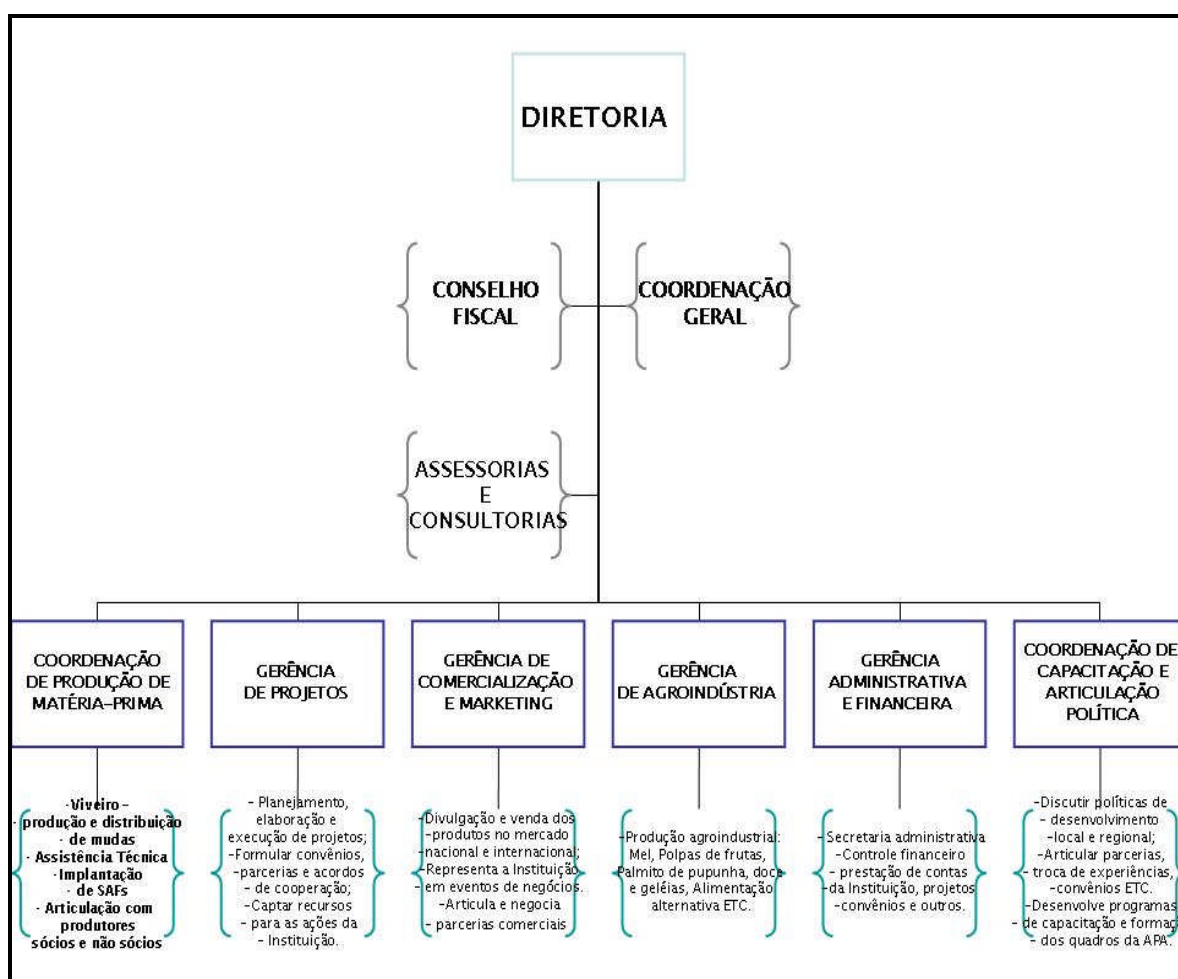
No contexto da experiência da APA destaca-se a forma de gestão, que está fundamentada na participação efetiva dos associados nas tomadas de decisões, seja através de reuniões ou de assembléias gerais. Abaixo no Quadro 1 apresenta-se a estrutura organizativa da APA.

Cada ano é realizado uma Assembléia Geral onde é apresentada a prestação de contas, e escolhida nova diretoria (de 4 em 4 anos). Esta diretoria é composta por um presidente, secretaria geral, conselho fiscal, coordenador de produção de matéria-prima, gerente de projetos, gerente de comercialização e marketing, gerente de agroindústria, gerente administrativo e financeiro, e um coordenador de capacitação e organização política, somando 12 dirigentes – correspondendo a cargos não remunerados. Para execução das atividades da APA são contratados funcionários permanentes para gerência, atendimento ao público em posto de venda e para coordenação das operações nas agroindústrias, motorista, além dos trabalhadores temporários (que respondem pela produção nas agroindústrias) em época de safra.

No caso da assistência técnica da APA, ela é estruturada sobre os “agricultores técnicos”. A organização trabalha com a capacitação dos denominados agricultores técnicos desde a fase dos projetos de unidades demonstrativas de SAF’s (quando a ong IPHAE

coordenava os trabalhos). Naquela época havia três agricultores desenvolvendo essa função. Hoje esse número subiu para 25, mas para suprir a demanda no atendimento, a APA avalia que o ideal é que haja pelo menos 10 agricultores disponíveis para cada um dos seis municípios atendidos pela APA. Em geral o “agricultor-técnico” recebe uma ajuda de custo para subsidiar seu trabalho de ATER, sendo que, durante o período de vigência do estágio o recurso provinha de projeto aprovado pelo PDA.

Além dos “agricultores técnicos” conta com a contratação de técnicos de nível médio e superior através das demandas dos projetos financiados por agentes externos. Atualmente o PROAMBIENTE¹² executa suas atividades através da contratação de uma assessoria técnica formada por dois técnicos de nível superior, quatro técnicos de nível médio e 15 agentes comunitários.



Quadro 1: Estrutura organizacional da APA. (FONTE: Apresentação da gerência administrativa da APA).

¹² Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural

2.4.2. Infra-estrutura da APA

A APA hoje tem sua sede administrativa localizada num terreno com 11.000m² de área, 1.200m² de área construída. Na figura 3 visualiza-se a atual estrutura da APA, contando com sede, área de beneficiamento e comercialização.



Figura 3: A atual sede da Associação dos Produtores Alternativos.

Grande parte da área construída é destinada à planta agroindustrial. A consolidação da planta agroindustrial da APA foi fruto do trabalho de seus associados, e pode ser considerada como a maior vitrine das conquistas que a Associação conseguiu nestes 15 anos de trabalho. Atualmente, são destinados 500 m² para processamento da produção. Além disto, mantém-se uma loja de produtos com marca própria registrada (APAFLORA), infra-estrutura para realização de cursos e seminários.

Atualmente a APA conta também com uma área doada pela CEPLAC¹³, que será destinada para novas unidades beneficiadoras e para formação de uma grande área experimental, com consórcios e SAF's.

2.5. Atividades executadas durante o estágio

No Quadro 2 são apresentadas as atividades executadas durante o período de estágio na Associação dos Produtores Alternativos de Ouro Preto do Oeste.

	Eixos de atuação	Atividades desenvolvidas
No âmbito das atividades internas da Associação	Produção sustentável	a) Curso de capacitação para formação de sistemas agroflorestais com cacau. b) Apoio a condução de viveiros municipais c) Formação de viveiro comunitário d) Diagnóstico do viveiro da APA
	Beneficiamento da produção familiar	a) Diagnóstico da cadeia produtiva do palmito de pupunha.
	Comercialização e marketing dos produtos sustentáveis	A) Análise das atividades
	Capacitação e formação de produtores e agentes agroecológicos.	a) Análise das atividades
	Recadastramento dos Associados	a) Aplicação de questionários b) Sistematização dos resultados.
No âmbito dos projetos em que a associação é	Programa de desenvolvimento socioambiental da produção familiar rural.	a) Ações de ATER relativas ao plano de Utilização da Unidade de Produção – PU

¹³ Comissão executiva para a lavoura Cacaueira.

proponente	(PROAMBIENTE)	b) Ações de revisão dos acordos comunitários c) Intercâmbio: Visita ao Pólo Alto Acre/AC d) Ações de Educação Ambiental.
No âmbito dos projetos em que a Associação é parceira.	Projeto de Manejo Florestal Comunitário.	a) Visita a Reserva Florestal b) Acompanhamento do consultor do Fundo Nacional do Meio Ambiente.
	Projeto Alternativas ao Desmatamento e às Queimadas (PADEQ)	a) Acompanhamento de repasse de recursos.

Quadro 2: Atividades desenvolvidas durante o estágio na APA de Ouro Preto do Oeste, Rondônia.

O Projeto de Manejo Florestal Comunitário tem como principal objetivo desenvolver e testar estratégias inovadoras de gestão ambiental na agricultura familiar em áreas de assentamento rural, mais precisamente o Assentamento Margarida Alves – Nova União /RO, viabilizando alternativas sustentáveis no uso dos recursos naturais, proporcionando a manutenção da floresta e de sua sustentabilidade sócio-econômica e ambiental por intermédio de iniciativas concretas para o desenvolvimento local.

Os atores rurais diretamente envolvidos no projeto são da comunidade do Assentamento Margarida Alves e este projeto contou com diversas parcerias entre elas: APA, INCRA, IBAMA, CEPLAC, SEDAM, EMATER, EMBRAPA. O total de famílias beneficiadas é em torno de 285 famílias. Durante a execução do projeto foram realizadas reuniões com entidades para programação de reintegração de posse, audiência pública, limpeza dos limites da Reserva e delimitação dos talhões, curso de apicultura e Implantação de SAF's. As atividades realizadas durante o estagio neste projeto serão apenas nomeadas a seguir:

- Acompanhamento de consultor do Fundo Nacional do Meio Ambiente, na área de reserva florestal;
- Reunião com os assentados sobre o andamento do projeto; e
- Acompanhamento do plano de manejo.

O Projeto Alternativas ao Desmatamento e às Queimadas (PADEQ) é um projeto que visa contribuir com a diminuição do desmatamento e do uso de fogo por meio de incentivos à

alternativas sustentáveis que permitam as populações locais melhorar sua qualidade de vida, valorizando a floresta e os demais recursos naturais. O público desta iniciativa é prioritariamente o pequeno produtor rural e prevê uma compensação financeira para os agricultores que diminuam ou extingam o uso de fogo nas propriedades. Durante a realização do estágio houve o acompanhamento de um repasse financeiro para os agricultores que não será detalhado.

3. ATUAÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES PRÓPRIAS DA ASSOCIAÇÃO.

As ações implementadas em 15 anos de atuação da APA podem ser agrupadas em 4 eixos principais: Produção sustentável; Beneficiamento da produção familiar; Comercialização e marketing dos produtos sustentáveis; Capacitação e formação de produtores e agentes agroecológicos.

Para fins da presente exposição inicialmente serão apresentados, os princípios que regem as ações de assistência técnica da APA e, posteriormente, os diversos eixos de atuação discriminando-se, neles, as ações de ATER quando houverem.

3.1. Princípios orientadores da ação de ATER na APA

A grande complexidade da aplicação do conceito de sustentabilidade na produção rural deriva da necessidade de levar em conta as variações regionais e locais na quantidade e qualidade dos recursos. A APA vem apostando na iniciativa de produção orgânica¹⁴, com a certeza de está contribuindo para o desenvolvimento agrícola sustentável no estado de Rondônia.

A Associação tem feito um trabalho com base na organização, produção e comercialização, para tanto a equipe técnica baseia-se em algumas diretrizes e ações para nortear o trabalho técnico, que seguem:

- Respeito à propriedade como organismo agrícola, integrando a produção agrícola, a criação animal e o homem, de forma saudável;
- Otimização produtiva respeitando a capacidade produtiva da planta, sem forçá-la a altas produtividades;
- Desenvolvimento de tecnologia de acordo com a realidade, partindo do princípio de que um solo estruturado e sadio fornece plantas saudáveis e produtivas;
- Incremento ao aproveitamento dos recursos disponíveis buscando assim a resistência das plantas através da sua fisiologia e capacidade de produzirem defesas;

¹⁴ A Associação está com projeto de certificação pelo IBD (Instituto Biodinâmico) em andamento.

- Adequação ao potencial dos recursos naturais: usar o poder das leguminosas na reciclagem de nutrientes, bem como na estruturação física e biológica do solo;
- Trabalho em prol de um equilíbrio dentro da cadeia produtiva, reduzindo a energia, os custos e promovendo o crescimento de um organismo auto-sustentado; e
- Manejo agroecológico como base para o desenvolvimento e viabilidade da pequena produção e da reforma agrária.

A equipe técnica dos principais projetos em atividade pela APA centra suas atividades numa forma diferenciada de Assistência técnica e extensão rural onde o produtor tem mais participação nas decisões, colaborando para que as ações dos associados venham a buscar uma melhoria na sua qualidade de vida. Para tanto a equipe técnica segue um cronograma de atividades a ser desempenhadas durante a vigência de um projeto, por exemplo. Para colaborar com o bom andamento a equipe segue:

- Calendário de visitas: Onde são programadas duas visitas mensais a cada propriedade ou quando se fizer necessário;
- Distribuição e acompanhamento de material para anotação diária das atividades das famílias, no campo. Faz parte de uma estratégia de sistematizar dados obtidos com a produção agroflorestal¹⁵;
- Encontro com agricultores (as) semestralmente;
- Preparação e distribuição de cartilhas informativas sobre o sistema agroecológico; e
- Divulgação de trabalhos alternativos exitosos dos agricultores (as).

3.2 Ações no âmbito da Produção Sustentável

3.2.1 Implantação e manutenção de sistemas agroflorestais

A Implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF's) tem visado a conversão de áreas desflorestadas e improdutivas para áreas de produção diversificada alternativa. Inicialmente os produtores começaram implementando os SAF's com espécies regionais de frutas,

¹⁵ A APA faz parte de um projeto denominado "Monitoramento de SAF's na região amazônica", realizado com apoio do IPAM (Instituto de Pesquisas da Amazônia).

palmeiras e essências florestais como; Cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), Araçá-boi (*Eugenia stipitata*), graviola (*Annona muricata*), Pupunha (*Bactris gasipaes*), Açaí (*Euterpe oleraceae*), Mogno (*Swietenia macrophylla*), Bandarra (*Schizolobium amazonicum*), Andiroba (*Carapa guianensis*) dentre outras espécies.

Conciliando a implantação de essências florestais, frutíferas e palmáceas, os associados dispõem de uma gama de cerca de 30 espécies para implantação nos Sistemas Agroflorestais.

Atualmente identificam-se dois tipos principais de SAF's implantados na região: Os mais simples que variam de simples consórcios entre a Teca (*Tectona grandis*) e pupunha; café (*Coffea arabica*) e Teca; Bandarra (*Schizolobium amazonicum*) e café (*Coffea arabica*) e os mais complexos, que além de inserirem as espécies comerciais de ciclo mais rápido, agregam espécies madeireiras como o Breu (*Protium hepthaphylum*) e espécies com finalidades alimentícias como a Castanha do Brasil (*Bertholletia excelsa*).

O sistema mais simples é ilustrado pela Figura 4 onde pode-se ver o consórcio entre o café, a Teca, e a Pupunha. Observa-se que estas áreas representam de 1 até 10 hectares dentro das propriedades.



Figura 4: Consórcio agroflorestal simples (Pupunha X Teca X Café X Bandarra)

Os sistemas simples apresentam o enfoque mais direcionado para um ou dois produtos, como acontece com a Teca que é plantada em espaçamentos de (1X1m) para que produza moirões a partir do 2º ano com desbastes seletivos. Podemos constatar nas áreas de SAF's dos associados, uma diferença entre os propósitos de utilização do sistema. Os associados procuram destinar áreas degradadas por pastagens ou que perderam a fertilidade para a Pupunha. Uma vez que a Pupunha apresenta boa rusticidade aceitando solos deficientes em nutricionalmente.

O sistema mais complexo é apresentado na Figura 5 e mostra a diversidade nos componentes do SAF. Nestes casos os agricultores mesclam diversas espécies, e acompanham o desenvolvimento do sistema sem muito conhecimento técnico, passando a observar os fenômenos de interação que ocorrem naturalmente com diversas espécies. Observa-se que estes sistemas aqui denominados de mais complexos, realmente apresentam inúmeras diferenças para os mais simples, pois além de requererem mais tempo para obtenção de resultados econômicos, configuram uma nova estratégia de uso da floresta e da área da propriedade rural.



Figura 5: Áreas com implantação de SAF's mais complexos (Ipê roxo X Açaí X Café X Teca X Bandarra X Cacao X Cupuaçu).

Atualmente os sistemas agroflorestais (especialmente os simples) tem tido boa aceitação entre os agricultores locais. Este fato deve-se ao reconhecimento da possibilidade de aumento da produção das culturas principais (como café) a partir do sombreamento propiciado pelas espécies florestais¹⁶.

Em geral a implantação de sistemas agroflorestais é acompanhada da adoção de práticas agroecológicas como: tração animal, vermicompostagem, uso de biofertilizante líquido, adubação orgânica, controle alternativo de pragas e doenças e recuperação de solos com o plantio de espécies leguminosas. Também são estabelecidas áreas demonstrativas de recuperação de matas ciliares de cursos d'água e nascentes.

Em muitos casos a implantação dos sistemas é acompanhada de atividades educativas e de capacitação com vistas a formar os denominados “agricultores técnicos”. Os “agricultores técnicos” buscam aprender novas técnicas de manejo dos sistemas agroflorestais e repassá-las aos demais agricultores por meio de visitas técnicas, dias de campo e troca de experiências. Além da ação dos “agricultores-técnicos” durante o período de estágio a equipe técnica do projeto PROAMBIENTE realizava a renovação dos referenciais técnicos para SAF's, colaborando na oferta de cursos e capacitações e visitas técnicas de campo.

Os técnicos de nível médio e superior, além de colaborarem na ATER, geralmente assumem funções relativas à implantação e gestão do viveiro florestal. Sendo a disponibilidade de mudas um fator muito limitante para a formação de SAF's, a APA tem buscado parcerias para ampliar e constituir novos viveiros contando recentemente com auxílio de prefeituras na formação de viveiros municipais e com a implantação de viveiros comunitários.

Durante o estágio foram acompanhadas quatro ações relativas aos sistemas agroflorestais:

- Oficina sobre Cacaucultura.
- Apoio à condução de viveiros municipais
- Formação de viveiro comunitário
- Diagnóstico do viveiro da APA

¹⁶ A Embrapa de Rondônia vem realizando inúmeros estudos que comprovam a maior produtividade dos cafezais em consórcios com espécies florestais madeireiras. Para maiores esclarecimentos sobre o andamento de pesquisas com SAF's na região amazônica, consulte (CARNEIRO, 2004).

3.2.1.1 Oficina sobre Cacaucultura:

Na Amazônia Ocidental, o estado de Rondônia ocupa o primeiro lugar na produção primária do cacau em amêndoas, sendo toda a produção primária deste produto direcionada a indústrias processadoras na Bahia e no Sudeste (SUFRAMA, 2003). Devido a fatores como a disponibilidade de apoio técnico-científico, boa situação de crédito dos produtores e disponibilidade de condições edafo-climáticas e espaciais muito superiores às encontradas nos demais estados produtores, a cacaucultura com certeza figura, atualmente, como uma das principais potencialidades do estado de Rondônia.

Para desenvolver esta cultura no Estado existe um órgão vinculado ao MAPA¹⁷, denominado CEPLAC¹⁸, que, em parceria com a APA, promove na região, diversas oficinas sobre cacaucultura. Uma destas oficinas práticas foi acompanhada, onde pode-se perceber a falta de informações básicas sobre o manejo da cultura por parte dos agricultores. Uma destas dificuldades refere-se ao manejo de poda do cacaueiro. A oficina, prática e dinâmica, deu noções de condução desta espécie quando em consórcio com outras árvores.

A CEPLAC tem disponibilizando parte de sua equipe técnica para estas oficinas, também adotando uma política de promoção e desenvolvimento dos SAF's no Estado. Na figura 6 pode-se ver a poda de condução do cacaueiro. A partir de uma boa poda de condução do cacaueiro é possível aumentar a produtividade de frutos e consegue-se também a diminuição da “Vassoura de Bruxa”, doença causada por um fungo que dizima inúmeros cacaueiros no país. O diferencial está no manejo agroecológico, que não usa agrotóxicos, portanto esta prática se torna condizente com os princípios adotados pelos agricultores.

Cabe ressaltar, aqui, a metodologia utilizada na Oficina. Ela foi realizada no município de Urupá com um grupo de 15 agricultores, tendo a duração de 6 horas. Inicialmente o Técnico agrícola da Ceplac de Ouro Preto do oeste, (Sr. Deusemínio) apresentou a importância de boas práticas na condução dos cacaueiros, como a aplicação de biofertilizantes e a poda correta do cacau para que ele frutifique mais. Depois fez demonstração do método de poda para evitar o ataque da vassoura de bruxa e favorecer a frutificação da árvore. Ressalta-se a importância do aprendizado pela observação da prática, salientando que nesta atividade os agricultores puderam ver e praticar de maneira correta o que acabaram de aprender.

¹⁷ Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

¹⁸ Comissão Executiva para a Lavoura Cacaueira.



Figura 6: Poda de condução do cacaueiro (*Theobroma cacao*)

A parceria entre APA e CEPLAC também promove a distribuição de mudas florestais melhoradas e produzidas na estação experimental da CEPLAC em Ouro Preto do Oeste. São distribuídas mudas de cacaueiro, banana, Teca e essências florestais, que são doadas aos produtores que contam também com a assistência técnica prestada pela Associação e pela (CEPLAC).

3.2.1.2 Viveiros municipais

Outra importante parceria da APA tem sido desenvolvida com as Secretarias de Agricultura dos municípios da região, que tem percebido a função estratégica, também para a esfera do poder municipal, de apoiar as ações em prol do desenvolvimento de SAF's. Evidência disto é a criação de viveiros florestais com recursos municipais em duas cidades abrangidas pela associação: Teixeiraópolis e Urupá.

Estes municípios fizeram uma parceria onde a APA doou as sementes e as prefeituras entraram com a área e toda infra-estrutura. Esta produção vem sendo feita através de sacos plásticos e substrato da região e pretende destinar as mudas para os beneficiários do programa PROAMBIENTE e para os agricultores familiares da região. Estes já poderão contar com mais uma opção para as ações planejadas para o ano de 2007, como o reflorestamento e implantação de SAF's. Na figura 7 pode-se ver o Viveiro Florestal municipal de Urupá.



Figura 7: Viveiro florestal do município de Urupá

3.2.1.3 Formação de viveiros comunitários.

Com a intenção de descentralizar a produção de mudas e facilitar o deslocamento e transporte, visto algumas propriedades estarem a mais de 100 km de distância da sede da APA, estão em fase de conclusão 4 viveiros comunitários com capacidade de produzir 100

mil mudas por ano cada. Contando com o apoio do projeto PDA/MMA¹⁹ está sendo viabilizada a produção de mudas que irão compor os Sistemas Agroflorestais dos associados.

Durante o estágio foram acompanhadas as obras de implantação do Viveiro comunitário do município de Vale do Paraíso, que deve contemplar a demanda de cerca de 30 famílias da região.

A implantação do viveiro comunitário conta com a colaboração dos participantes de projetos ligados a APA, e está sendo feita em forma de mutirão. O viveiro visitado ainda está em fase de preparação devendo começar a produzir mudas florestais a partir de 2007. As obras de terraplanagem e montagem da estrutura básica para a preparação das mudas, encontram-se em estágio avançado.

Uma das dificuldades encontradas nos trabalhos de mutirão para construção dos viveiros comunitários tem sido a não disponibilidade dos agricultores para deixarem seus afazeres do dia-dia, e se dedicarem a obra. Porém, marcando os mutirões para dias de maior disponibilidade como sábados, tem-se conseguido construir os viveiros.

3.2.1.4 Diagnóstico do viveiro da APA

Antes de ter seu próprio viveiro florestal os associados da APA conseguiam as mudas via convênios ou parcerias com instituições de assistência técnica e extensão rural da região. Porém, com o apoio do Programa de Projetos Demonstrativos Alternativos do Ministério do Meio Ambiente, a APA conseguiu viabilizar a construção de seu viveiro central.

A Associação possui um viveiro florestal central para produção de mudas de essências florestais, mudas de palmáceas, ornamentais e outras espécies com função econômica e ecológica, a serem adotadas nos SAF's. Localizado no próprio município de Ouro Preto do Oeste, o viveiro central da associação tem capacidade para produção de 400 mil mudas por ano. Na figura 8 pode-se ver parte do viveiro central da Associação dos Produtores Alternativos em Ouro Preto do Oeste - RO.

¹⁹ Projetos Demonstrativos Alternativos do Ministério do Meio Ambiente. Começou sua operação como projeto piloto em 1995 e desde lá financia projetos na região amazônica e de Mata Atlântica que tenham o envolvimento direto de organizações da sociedade civil.



Figura 8: Canteiros de produção de mudas do Viveiro central da Associação dos Produtores Alternativos.

Este viveiro é o principal responsável pela produção de mudas florestais para implantação dos SAF's nas cidades abrangidas pela APA. Sua localização é adequada, próxima à unidade de beneficiamento dos produtos agroflorestais, é de fácil manutenção e condução. No quadro 3 estão elencadas algumas das espécies produzidas pelo viveiro da Associação:

Nome popular das espécies cultivadas	Nome científico das espécies cultivadas
Caroba	<i>Jacaranda copaia</i>
Sumaúma	<i>Ceiba pentandra</i>
Paineira	<i>Ceiba burchelli</i>
Freijó	<i>Cordia alliodora</i>
Breu	<i>Tetragastris altissima</i>

Tamarindo	<i>Dialium guianensis</i>
Jatobá	<i>Hymenea parviflora</i>
Bandarra	<i>Schizolobium amazonicum</i>
Seringueira	<i>Hevea brasiliensis</i>
Taúba	<i>Hyeronyma laxiflora</i>
Canela Cheiro	<i>Nectandra lucida</i>
Jambo	<i>Bellucia dichotoma</i>
Quariquari	<i>Lagerstroemia speciosa</i>
Cumaru	<i>Micropholis pisonis</i>
Sucupira	<i>Sterculia pruriens</i>
Cacau	<i>Theobroma cacao</i>

Quadro 3: Espécies cultivadas no viveiro da APA

As sementes são oriundas das propriedades dos associados da APA, sendo que algumas espécies, que são difíceis de serem encontradas na região, são compradas de fornecedores de Estados próximos, como o Amazonas e Pará. Os associados que trabalham com SAF's retiram as sementes de suas áreas já implementadas, levando em consideração a presença de boas matrizes genéticas, sendo remunerados por quilo de semente entregue à Associação. Geralmente áreas de reserva legal e mata ciliar, existentes nas suas propriedades, conseguem ofertar um bom numero de sementes para a produção de mudas florestais.

Dentro das atividades realizadas na APA durante o estágio foi feita uma avaliação do estado de conservação e produção das mudas no viveiro centralizado. Uma das maiores problemáticas tem sido a morte de mudas de pupunha e o crescimento exagerado, referente as plantas que estão passando tamanho de irem pra campo.

Também constatou-se a presença de muitas espécies indesejadas, o que representa uma competição por nutrientes e desvantagem para as espécies florestais. No viveiro central também foi constatado a presença de diversos fatores contaminantes para o viveiro, como a presença de mudas mortas ou descartadas (por apresentarem contaminação fúngica ou presença de insetos patógenos) (Figura 9).



Figura 9: Material descartado encontrado no Viveiro Central da APA.

Percebe-se a importância de definir uma equipe permanente voltada para as atividades do viveiro central, e aprimorar o planejamento da distribuição de mudas, pois a situação em que se encontram algumas mudas pode revelar que as mesmas já encontram em estágio avançado devendo, portanto, ir à campo o mais breve possível.

3.3 Ações no âmbito do Beneficiamento da produção familiar

A produção de matérias primas na propriedade gera um excedente que, por meio da sua agroindustrialização, agrega valor ao produto final. Este eixo está focado na capacitação dos produtores para transformar sua produção em alimentos diversificados para a segurança alimentar da família e industrialização do excedente de produção para o mercado consumidor nas agroindústrias da APA.

São 5 (cinco) linhas de produção em funcionamento visando industrializar: palmito de pupunha, polpas de frutas, mel, mesocarpo de babaçu, farinha multimistura, doces e geléias.

As agroindústrias beneficiam cerca de 600 famílias nos 6 municípios da região, significando além dos benefícios ambientais com a produção sustentável, uma melhora expressiva na renda familiar. A comercialização dos diversos produtos é realizada pela própria APA, principalmente no mercado local. Atualmente alguns produtos, alcançaram maior escala de produção e estão sendo comercializados no mercado nacional e internacional.

3.3.1 Produção de palmito de pupunha

A fábrica de palmito de pupunha em conserva opera sazonalmente e no período de safra que dura seis meses (Outubro – Março). Conta com uma produção média de 2.000 potes/dia sendo a capacidade instalada de 4.000 potes/dia. A pupunha é o produto de maior valor comercializado pela associação. A cadeia de produção do palmito de pupunha é a que vem ganhando maior importância. A fábrica beneficia centenas de famílias da região e quando está na época de corte e industrialização, emprega cerca de 45 pessoas no processamento do produto.

Durante o estágio realizou-se um trabalho de diagnóstico da cadeia produtiva do palmito de pupunha identificando-se que ela assume as características a seguir descritas.

3.3.1.1 Sistemas de cultivo da pupunha

Conforme descrito anteriormente os SAF's dos associados da APA podem variar entre os mais simples e os mais complexos. Geralmente as áreas destinadas para o plantio de pupunha são consorciadas com espécies florestais madeiráveis. O ciclo de produção do palmito de pupunha nestas áreas pode levar 3 anos, sendo que permite um corte anual a partir desta idade. Recentemente a APA conseguiu uma carga de sementes de pupunha geneticamente melhoradas, que permitem um ciclo mais curto, onde será possível efetuar o corte em 1 ano. Estas sementes estão previstas para serem plantadas ainda no início de 2007 e já começarem a produzir em 2008. As áreas de 1 hectare permitem que até 4.000 plantas

possam ser plantadas. Na figura 10 pode-se observar uma área de pupunha que foi cortada recentemente.



Figura 10: Área recentemente manejada de pupunha.

3.3.1.2 Beneficiamento do palmito

O corte do palmito da pupunha é feito na propriedade do associado e o produto é levado para a unidade de beneficiamento, para tanto a APA conta com um caminhão que realiza o transporte da matéria-prima para o beneficiamento. Desde o corte até a chegada na fábrica o palmito tolera 6 horas de viagem, para assegurar sua qualidade este transporte é feito o mais breve possível e com proteção plástica, para evitar o ressecamento e garantir a qualidade.²⁰

²⁰ Observe que o palmito de pupunha tem diferença em relação ao palmito de Jussara (*Euterpe edulis*), pois oxida mais lentamente.

Chegando à sede da APA o produto passa por uma triagem que classifica o palmito que chega das propriedades (figura 11), através dos tamanhos e pedaços viáveis ao beneficiamento. A APA adota padrões de diferença no palmito pelo corte que consegue fazer na peça de palmito que chega. Esta classificação acaba resultando em palmitos inteiros, pedaços de palmito, palmito em rodela e palmito picado. O preço pago aos produtores é dado por quantidade de hastes entregues, oscilando entre R\$ 0,70.



Figura 11: Recebimento e triagem do palmito de pupunha

3.3.1.3 Industrialização

Esta etapa consiste na lavagem, corte, embalagem, cozimento e rotulagem do palmito de pupunha. Na figura 12 formas de embalagem do palmito em conserva.



Figura 12: Embalagens de palmito para comercialização.

3.3.1.4 Comercialização

No ano de 2003 foram negociados os primeiros lotes de palmito de pupunha para o mercado europeu (2.600 cx.). Em 2004 foram embarcadas novas remessas do produto para a Europa e em 2005 mais de 8.000 caixas (com 15 unidades/cada).

A experiência de comercialização vem dando certo graças às parcerias estabelecidas pela associação com outras organizações, que fortaleceram o processo de comercialização.²¹

A industrialização da pupunha levou a associação dos Produtores Alternativos a ser reconhecida em outros continentes, como uma entidade promotora do desenvolvimento sustentável e mantenedora das famílias nas suas propriedades.

3.3.1.5 Ações de ATER para apoio à produção de palmito

Do conjunto das observações feitas constata-se que, no caso do palmito, a produção não é suficiente para abastecer a fábrica de forma a atender a demanda existente no mercado. Este problema vem sendo enfrentado pela APA de várias formas, sendo que, em algumas

²¹ Para mais esclarecimentos serão apresentados na pagina 47 maiores informações sobre as ações de marketing e comercialização na APA.

situações de emergência, a entidade tem recorrido a outros fornecedores do produto, até mesmo de fora do estado de Rondônia.

Porém, do ponto de vista estratégico, a solução para esse problema consistirá no planejamento de um plano de ações para os próximos anos que passará pela incorporação de novas famílias ao projeto da Associação. (Aumentando o número de famílias, criam-se perspectivas de aumento na produção e, conseqüentemente, de abastecimento da fábrica). Outra estratégia será a disseminação das semente de pupunha de ciclo curto, que podem acelerar a produção de matéria-prima. (Para tanto carece de um procedimento que mapeie e registre quais serão matrizes que produzirão sementes desta variedade).

As condições e os instrumentos que a APA está utilizando para favorecer o aumento da produção devem ser atraentes do ponto de vista do associado. Inicialmente esta garantia era fornecida na medida em que a APA comprava toda a matéria-prima do associado mediante contrato prévio. Porém existe uma demanda grande de pamonha na região e quem estiver com o melhor preço para pagar tende a levar a matéria-prima. Assim estas estratégias devem considerar o fator das condições de comercialização dadas ao produtor.

3.3.2 Produção de polpas de frutas

A produção de polpa está em fase experimental. Foi instalada na sede da APA uma infraestrutura básica para produção de polpa de fruta (Despolpadeira, vasilhame, Câmara-fria), apta ao beneficiamento de Acerola, Cupuaçu, Açaí, Araçá boi, Graviola, Guaraná entre outras frutas, com capacidade de beneficiar até 5 toneladas de frutas por dia.

Atualmente espera-se que o agricultor traga as frutas para serem beneficiadas na unidade da APA. Deficiências em termos de volume total/ agricultor, carência de meios de transporte e custos, são alguns dos fatores que tem levado os agricultores a ofertar pouca matéria-prima para a APA. Assim, muita fruta acaba apodrecendo na unidade produtiva e, por outro lado, há carência de matéria-prima para pleno funcionamento da fábrica.

Como as frutas maturam e apodrecem muito rapidamente espera-se resolver este problema com incentivos para a obtenção de pequenas despolpadeiras e freezers em grupos de produtores para implantação nas áreas produtoras (comunidades). Há perspectiva de viabilizar tais propósitos através de um projeto que contemple a compra destes equipamentos, para tanto

a APA já encaminhou projeto ao PADEQ, que contempla ações deste âmbito em seus financiamentos. Muito ainda tem a ser avançado nesta parte, mas algumas frutas já merecem destaque, como a acerola e o açaí, que apresentam boa procura de mercado.

Não há um projeto específico de ATER para organizar e qualificar a produção neste âmbito.

3.3.3 Produção de doces, geléias e licores

Este setor conta com a capacidade de produção de cerca de 1000 caixas por mês ou 7 toneladas por ano. Atua atendendo a encomendas e conforme o calendário de produção das frutas que são industrializadas, mantendo sempre um estoque razoável de produtos. A Figura 13 apresenta as instalações da APA para produção de doces, geléias e licores.



Figura 13: Sala da unidade de beneficiamento e produção de doces de fruta, licores e geléias.

Atualmente sua capacidade instalada consegue dar conta à escala de produção de matérias-primas dos associados, porém, assim como o setor de produção de polpas, requer um projeto específico para produção de matéria prima, que considere a disponibilidade de

matéria-prima e a época do ano. Na figura 14 pode-se ver as diferentes embalagens em que são comercializados os produtos.



Figura 14: Embalagens dos doces, licores e geléias de frutas.

3.3.4 Produção de mel

A apicultura foi uma das principais atividades que deram início à APA. Atualmente a Associação mantém junto às famílias, centenas de núcleos apícolas que produzem por ano cerca de 14 mil quilos de mel e outros subprodutos como o própolis, que são comercializados na loja da instituição.

Hoje além de uma unidade de marcenaria para produção de caixas e implantação de novos apiários, a APA conseguiu montar uma unidade de beneficiamento de cera alveolada, em

parceria com o projeto PROAPIS²² (Figura 15), o que diminuiu os custos para implantação de novos apiários e facilitou a disponibilidade deste produto aos associados.



Figura 15: Unidade de produção de cera.

No âmbito da comercialização, os associados tendem a comercializar o mel através da Associação, mas com rótulo de origem (personalizado por produtor) de modo que a APA não tem padrão homogêneo de produção-beneficiamento do mel. Este aspecto tem limitado as oportunidades de comércio do mel uma vez que certos mercados requerem SIF (Serviço de Inspeção Federal). A APA estuda alternativas para solucionar esta problemática por meio de um projeto que está sendo desenvolvido e que prevê a montagem de unidade com serviço de inspeção federal que favorecerá a comercialização.

Além disso, a entidade tornou-se referência na atividade e já conseguiu capacitar associações de produtores em outros municípios. No âmbito da assistência técnica esta é feita,

²² Apicultura nas regiões de Porto Velho, Vilhena, Ouro Preto, Rolim de Moura e Colorado. Este projeto conta com o apoio de diversas entidades, como o Banco da Amazônia, a Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e a EMATER-RO.

basicamente, através dos agricultores-técnicos por meio de cursos e atividades diversas de capacitação. A APA publicou um manual do apicultor e está realizando experiências na área de meliponicultura de abelhas nativas sem ferrão, com implantação de alguns núcleos.

3.3.4 Produção de farinhas multimistura e mesocarpo de babaçu

Ressalta-se que o trabalho de formação de grupos de mulheres produtoras (hoje são cerca de 120 mulheres) que atuam na produção de alimentos alternativos (multimistura, pó de mesocarpo de babaçu, pó de folhas e sementes, pó de casca de ovo, doces, geléias e compotas, entre outros) iniciou-se ainda na primeira fase da Associação, englobando o debate sobre gênero na APA.

Com a intenção de apoiar e incentivar as famílias dos associados da APA para garantir a segurança alimentar buscou-se criar unidades produtoras de farinhas e multimistura. Hoje são 3 unidades artesanais em fase de produção de alimentação alternativa como farinhas multimistura, pó de mesocarpo de babaçu, farelo de arroz, pó de casca de ovo, pó de sementes etc. São cerca de 120 mulheres que trabalham em 3 grupos organizados, onde planejam a obtenção e o beneficiamento da matéria-prima nos municípios abrangidos pela APA. Estas unidades têm um papel importante na inserção da mulher na agregação de valor aos produtos que antes valiam muito pouco.

Recentemente foi inaugurada uma unidade de produção na sede da Associação no município de Ouro Preto do Oeste. Lá são produzidas, em nível artesanal, cerca de 10 toneladas por ano de multimistura, com projeção de produzir até 50 toneladas.

3.4 Ações no âmbito da comercialização e marketing dos produtos sustentáveis

A entidade tem buscado a comercialização dos produtos através do mercado convencional e do mercado justo, visando à prática da economia solidária. Muitos mercados ainda podem ser abertos para a entrada dos produtos da APA, com vistas a este processo a direção da Associação está trabalhando na conquista da certificação orgânica.

A experiência de produção sustentável é por si própria a principal característica e causa do fortalecimento da opção ecológica, pois a divulgação e marketing são alcançados pelo reconhecimento do diferencial da produção orgânica e sustentável, sendo este o grande atrativo e diferencial da enfatizado na comercialização.

Outras parcerias também foram importantes na consolidação comercial da APA. O trabalho de divulgação e comercialização dos produtos é feito em conjunto com outras instituições, buscando criar redes solidárias de comercialização e troca de informações mercadológicas. A nível local, a troca de informações mercadológicas envolve cerca de 10 organizações. Pode-se citar a APRURAM (Associação de Produtores), o RECA (Associação de Produtores), AJOPAM (Associação de Produtores), Uirapuru (Organização de apoio aos povos indígenas), ACARAM (Central de Associações), Panderej (Associação Indígena), etc. Já em nível regional e nacional pode-se citar parcerias com o Programa Bolsa Amazônia (UFPA), CAPINA (Cooperação com instituições de produtores), Programa Negócios Sustentáveis, entre outros.

3.5 Ações no âmbito da Capacitação e formação de produtores e agentes ecológicos

3.5.1 Educação ambiental

As atividades de educação ambiental ocorrem principalmente mediante implantação das áreas demonstrativas de consórcios agroflorestais, com objetivo de levar ao conhecimento da comunidade a importância do trabalho familiar e sua contribuição no ecossistema, mostrando sua influência na dinâmica das populações animais e vegetais. A dinâmica dos solos é mostrada com experiências de vivências que explicam a importância da proteção dos rios e mananciais, etc. Estes princípios são apresentados e permeiam todas as ações de ATER desenvolvidas junto aos agricultores, havendo a promoção de eventos como cursos, intercâmbios e dias de campo.

Estas foram iniciativas que influenciaram na relação dos agricultores com o meio ambiente, tornando-lhes mais atenciosos no trato com a água, com o lixo e com as plantas. O envolvimento das crianças tem sido trabalhado com palestras em escolas e com a confecção de cartilhas educativas.

Avalia-se que a educação ambiental contribuiu para mudar a mentalidade dos agricultores em muitos aspectos. Um dos fatores que os agricultores destacam como importante foi a introdução da adubação orgânica, que contribui para haver uma redução significativa no uso de produtos químicos.

3.5.2 Capacitação e difusão da agroecologia

Nos últimos 4 anos, importantes ações na área do meio ambiente foram desenvolvidas pela APA, que em parceria com outras instituições (MMA, CEPLAC, PREFEITURAS, etc.) tem visado à recuperação de áreas degradadas, a adequação das áreas de reserva legal e áreas de preservação permanente.

A reconstituição da mata ciliar e o fomento a inserção da questão ambiental na agricultura familiar em assentamentos de reforma agrária, trouxeram para a região importantes programas de cunho federal, como o PROAMBIENTE²³, PADEQ²⁴ e recentemente o Projeto de Manejo Florestal Comunitário (com apoio do Fundo Nacional do Meio Ambiente).

Muito do trabalho de campo nesta temática é feito pelos multiplicadores em agroecologia. Os multiplicadores são produtores sócios da APA com conhecimento prático em agroecologia. Os multiplicadores participam das capacitações repassada de forma mais participativa aos associados. Estes agricultores, ora denominados “Agricultores técnicos”, fazem o trabalho de discussão com os produtores sobre o uso do solo, alternativas ao uso de agrotóxicos na agricultura, sobre a valorização das áreas de reserva legal e matas ciliares nas propriedades, visando principalmente, a melhoria da qualidade de vida para a permanência do agricultor familiar no campo.

A divulgação das experiências exitosas acontece com materiais impressos que são produzidos regularmente e através dos seminários, conferências e cursos dos quais a APA participa e promove. Durante o último trimestre de 2006 a APA esteve presente no Congresso da BIOFACH em São Paulo, esteve na Itália numa feira internacional de produtos orgânicos e na Feira Estadual de Comércio Solidário em Porto Velho. Assim contribui para o reconhecimento da entidade em todas as regiões com potenciais consumidores de seus produtos.

²³ Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural

²⁴ Projeto Alternativas ao Desmatamento e às Queimadas (PADEQ)

Além disso, por ano, são dezenas de instituições e grupos de produtores que visitam a sede e as unidades de produção da APA: tanto as agroindústrias quanto as áreas demonstrativas de produção agroflorestal. Ser referência da produção sustentável na região amazônica é um rótulo que a entidade se orgulha em ostentar.

3.6. Outras ações: Recadastramento de sócios

Como parte de um trabalho sugerido pela diretoria da APA, foi proposto um recadastramento dos associados. Coube, então, a discussão de como seria feito este trabalho. Pensou-se, num primeiro momento, em começar com a aplicação de um questionário nos municípios mais distantes da sede da Associação. A própria experiência da APA em já ter colaborado com diversos pesquisadores, aplicando questionários junto à seus associados, antevia a problemática de obtenção dos dados no caso de uso de questionários extensos. Optou-se, assim, por um questionário simples, de 2 páginas. Procurou-se neste questionário avaliar a percepção dos associados quanto à situação da APA. A aplicação dos questionários deu-se nos municípios de Mirante da Serra e Nova União.

Após o levantamento procedeu-se a sistematização dos dados coletados, que foram apresentados em 2 reuniões realizadas com os sócios dos municípios de Mirante da Serra e Nova União. No anexo 1 pode-se conferir algumas das sugestões colocadas pelos associados de Mirante da Serra. Nas reuniões percebeu-se que muitos viam a APA se aproximando dos seus sócios mais longínquos, pois para alguns deles a distância entre a sede da associação em Ouro Preto do Oeste e a comunidade era de cerca de 90 km. Para outros, descontentamentos políticos na organização de uma associação haviam tirado o entusiasmo de querer seguir nesta forma de trabalho. Na figura 16, constam os associados da APA no município de Mirante da Serra.

Visitar as propriedades dos associados da APA trouxe um enorme aprendizado para as atividades do estágio pois possibilitou entender como se dava o processo de organização social, ali diretamente com o produtor. Foi uma experiência que, por si mesma, explica porque agricultores, que anteriormente haviam queimado suas florestas, agora se preocupavam com o meio ambiente e praticavam uma agricultura mais sustentável.



Figura 16: Associados da APA do município de Mirante da Serra.

4. ATUAÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO ÂMBITO DOS PROJETOS EM QUE A ASSOCIAÇÃO É PROPONENTE.

4.1. PROAMBIENTE

4.1.1. Histórico e objetivos do programa

O histórico do PROAMBIENTE remete a uma pesquisa realizada em parceria entre o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPa), a Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI-PA) e o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), que gerou a publicação "Estado e Campesinato na Amazônia - Impactos do FNO no Pará" do ano de 2000. Esta publicação pode ser considerada um grande marco que balizou as discussões dos movimentos sociais rurais da Amazônia Legal sobre a necessidade de se criar políticas públicas e instrumentos econômicos compatíveis com as propostas de desenvolvimento regional.

Foi verificado que a aplicação de modalidades de crédito rural na região, via Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO²⁵), durante a década de 90, por mais que tivesse sido responsável por ter alocado cerca de R\$ 1 bilhão e atingido 100 mil unidades familiares de produção (25% do total de unidades da região), não conseguiu superar paradigmas produtivistas da produção agropecuária convencional, não contribuiu para avanços em direção a uma proposta de desenvolvimento rural sustentável, adaptada ao contexto local.

Os movimentos sociais de representação da agricultura familiar na região, sobretudo as Federações dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) dos nove estados da Amazônia Legal, lideraram alianças com outros segmentos de representação da produção familiar rural, como o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), e com organizações não-governamentais, notadamente, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e a Federação dos

²⁵ O Fundo Constitucional do Norte (FNO) surgiu em resposta às demandas de grupos de atores econômicos excluídos do mercado. Sua principal ação visava à adoção de tecnologias de produção ecologicamente sustentáveis e ao mesmo tempo rentáveis. Para Costa (2005) seu principal obstáculo tem sido superar a institucionalidade tradicional.

Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), para dar início ao processo de construção do PROAMBIENTE.

Para entender o sentido das reivindicações destes setores que deram origem ao PROAMBIENTE é importante considerar que

A produção familiar rural reúne uma população de aproximadamente 2,5 milhões de pessoas na Amazônia e é composta pelos agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, quebradoras de coco babaçu, remanescentes de quilombos e outras populações tradicionais da região que tem a mão-de-obra familiar como principal força de trabalho da unidade de produção rural. De uma forma geral essas famílias ocupam pequenas áreas individuais ou áreas de uso comunitário, se dedicam à produção de alimentos, fibras, resinas e outros produtos agroflorestais e adotam uma lógica de economia mista combinando a subsistência familiar e a comercialização do excedente da produção. (FASE apud TURA e COSTA, 2004 p.1)

Conforme relato de Tura e Costa (2000) estes agricultores vinham enfrentando problemas com o controle ambiental e dificuldades para financiamento de suas atividades produtivas que tem especificidades:

Do ponto de vista ambiental, [...] a produção familiar se encontra diante de um grande dilema na Amazônia. Se por um lado, os produtores têm grande interesse na conservação dos recursos naturais, devido sua característica de aproveitamento diversificado (madeira, pesca, caça, plantas medicinais, cipós e espécies frutíferas nativas) e a importância de seus produtos para o consumo e renda das famílias, por outro lado, as condições de infra-estrutura deficiente que predomina na região, aliada ao acesso restrito as políticas públicas de fomento e incentivo a produção (que em geral vem se mostrando desarticuladas e inadequadas para esse segmento), tem impedido grande parte dessas famílias construir ou acessarem alternativas de produção que as permitam substituir os sistemas itinerantes, baseados no desmatamento desordenado e uso do fogo, que hoje são largamente utilizados na região e que tem gerado significativos prejuízos ambientais e econômicos para os Estados da Amazônia. Aspectos esses que tem contribuído para que, muitas vezes de forma injusta, a produção familiar deixe de ser vista como uma forma coerente de manejo dos meios de produção no campo (mão de obra; recursos naturais; área de produção) e passe a ser relacionada com a destruição do meio ambiente pela prática de manejo agressivas aos recursos naturais que são necessários para implantação dos roçados tradicionais e formação e manejo das pastagens para criação de gado. (TURA e COSTA apud FASE, 2004 p.1)

Neste contexto os agricultores vêm modificando sua estratégia de luta frente ao controle ambiental: de uma postura de reivindicação de exceções para sua categoria para apoio à implantação de modelos produtivos de menor impacto. ²⁶O PROAMBIENTE passou então a responder pelas demandas dos trabalhadores rurais da região amazônica. Assim, o Programa

²⁶ A Fetagri, parlamentares e outras lideranças têm negociado para que as normas de controle sejam menos rígidas para os pequenos produtores. Por exemplo, eles pressionaram o Ministério do Meio Ambiente para revogar a proibição de emissão de autorização de desmatamentos em 1999, e em seguida foi editada uma instrução normativa facilitando a emissão de licenças de desmatamento para pequenas propriedades. (COPATIÓRO, 2004)

de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (PROAMBIENTE) é oriundo da discussão dos movimentos sociais rurais da Amazônia Legal sobre a necessidade de se superar a dicotomia existente entre a produção rural e a conservação ambiental. Nasceu no ano de 2000 dentro do 2º Grito da Amazônia que ocorreu em Belém (LITTLE, 2005).

O PROAMBIENTE foi criado para financiar a reconversão das unidades produtivas com vistas a favorecer a sustentabilidade das mesmas. Com isso, favorece o ambiente amazônico e a permanência do homem no campo. A percepção de que o PROAMBIENTE traz conseqüências ambientais positivas leva à reivindicação pela compensação financeira pelos serviços ambientais prestados pela unidade produtiva

Com a proposta do PROAMBIENTE o espaço rural amazônico adquire um novo papel perante a sociedade, passando de simples fornecedor de produtos primários a produtor de serviços ambientais, valorizando o caráter multifuncional da produção. Entre os serviços ambientais esperados incluem-se:

- Desmatamento evitado ou redução do desmatamento (ar); Seqüestro de carbono por reflorestamentos ou sistemas agroflorestais (ar); Restabelecimento das funções hidrológicas dos ecossistemas (água); Conservação da biodiversidade (animais, plantas e microorganismos); Conservação do solo (terra); Redução da inflamabilidade da paisagem (fogo). Na figura 17 consta a estrutura geral do programa.

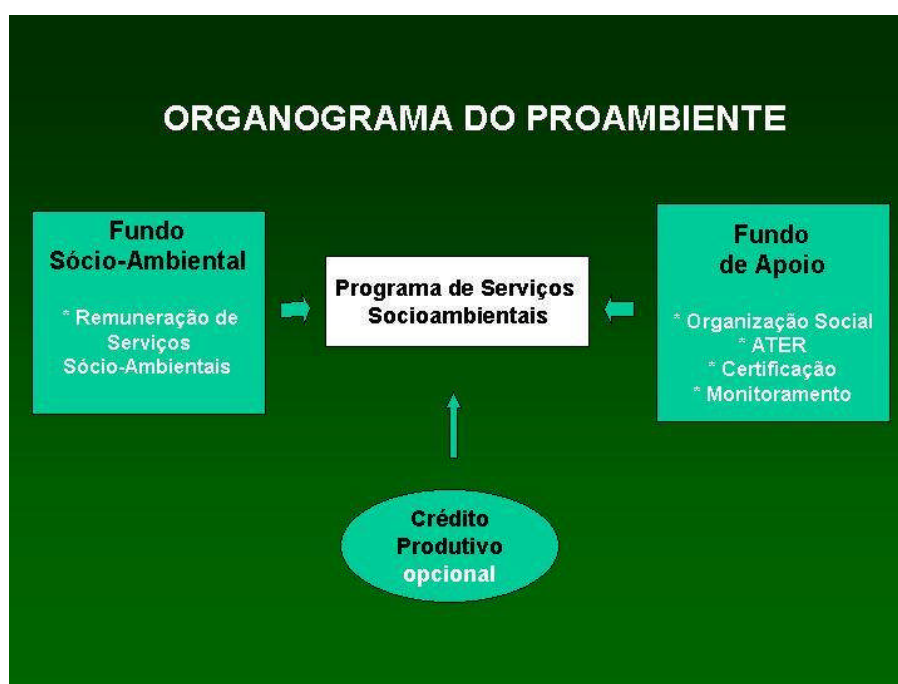


Figura 17: Estrutura Geral do Programa PROAMBIENTE.
(Fonte: Apresentação da equipe técnica do PROAMBIENTE, 2006).

Esta estruturação baseia-se na criação de Fundo de Apoio e Fundo Sócio-Ambiental, a serviço do programa de prestação de serviços sócio-ambientais. Na sua implantação optou-se pela constituição de 12 Pólos Pioneiros, conforme figura 18.

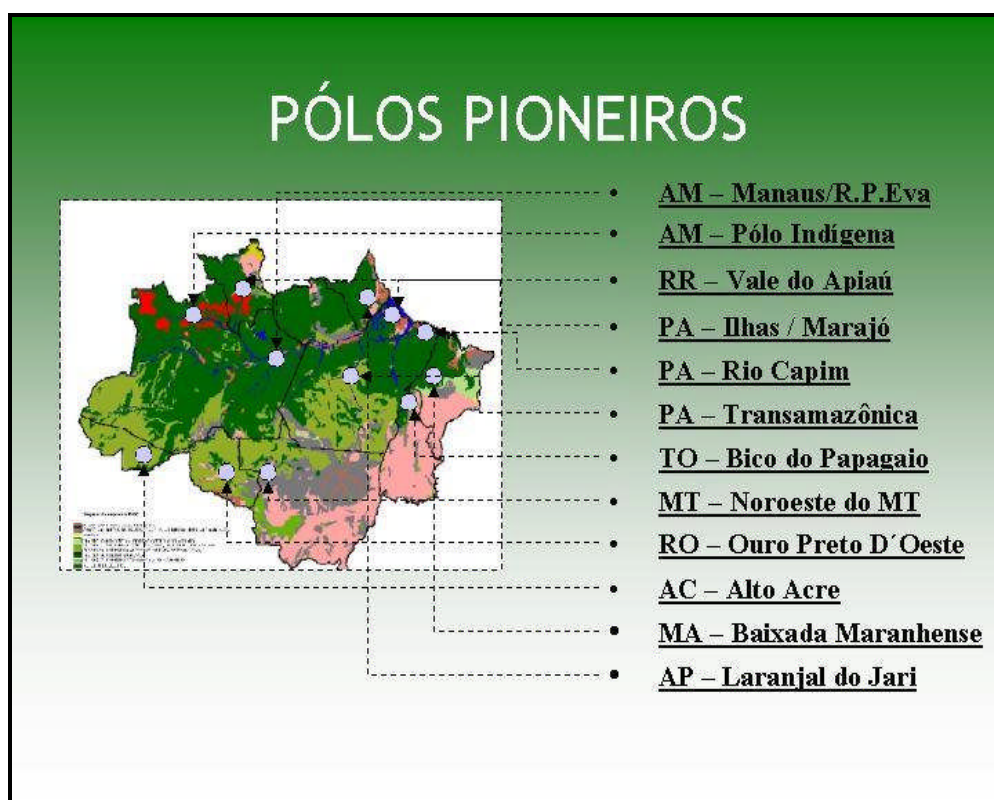


Figura 18: Os pólos pioneiros do PROAMBIENTE.

Fonte: (Apresentação da Equipe técnica do PROAMBIENTE, 2006).

Os Pólos são compostos por um conjunto de associações de produtores e cooperativas, baseados em aspectos sociais, culturais, geográficos e naturais diferenciados. A formação de Pólos estimula a adesão coletiva ao Programa PROAMBIENTE. Cada pólo pioneiro obedece a normas gerais de funcionamento do programa, mas tem suas especificidades quanto aos objetivos específicos perseguidos.

O PROAMBIENTE tem a interessante trajetória de ter sido um projeto da sociedade civil, com apoio do PDA/MMA e FNMA/MMA, e hoje é um Programa de Governo Federal alocado na Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (SDS) do Ministério do

Meio Ambiente (MMA), estando em vigência no atual Plano Plurianual (PPA 2004/2007).²⁷ Mantém um modelo de governança baseado no Controle Social e Gestão Participativa. No âmbito federal é gerido por Conselho composto paritariamente por membros do Governo Federal e Sociedade Civil Organizada, denominando-se Conselho Gestor Nacional do PROAMBIENTE, atendendo a uma bandeira histórica dos movimentos sociais rurais. No âmbito dos pólos também é gerido por Conselhos compostos por membros do governo e da sociedade civil, denominados Conselhos Gestores Locais. Visa, assim, o permanente fortalecimento das organizações sociais dos Pólos.

As mudanças no plano ambiental são planejadas com estabelecimento de metas a serem alcançadas em médio prazo (15 anos). Elas são definidas participativamente pelos envolvidos, sistematizadas em dois processos complementares:

- Elaboração participativa do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Pólo, abordando aspectos de fora das propriedades, como integração, beneficiamento, escoamento e comercialização da produção do Pólo e infra-estrutura, com implementação em parceria com as prefeituras municipais da base territorial do Pólo, perseguindo fortalecimento de Organizações Sociais dos Pólos, buscando a identificação, consolidação e fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais;
- Elaboração dos Planos de Utilização das Unidades de Produção (PU), abordando os objetivos do manejo e pontos críticos de conversão qualitativa de uso da terra, escala espacial e temporal de uso dos recursos naturais e definição de Áreas de Produção, Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal. A principal função do Plano de utilização da propriedade é inserir a família no planejamento de mudanças no uso da terra, colaborando para certificação de serviços ambientais e sendo base para projetos de crédito rural.

A construção dos PU's conta com o protagonismo de todos os membros da família, servindo de referência para qualquer intervenção de políticas públicas em sua unidade de produção. No caso específico da solicitação de créditos e aplicação de financiamentos, os Planos de Utilização das Unidades de Produção tem o propósito de focar o crédito rural no contexto geral da propriedade (considerando demanda de capital e capacidade de mão-de-obra da família), ao invés do conceito historicamente trabalhado, com foco em produtos isolados.

²⁷ Após a implementação do Programa PROAMBIENTE dentro do PPA 2004/2007, a Gerência do PROAMBIENTE, a Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (SDS) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) lançaram uma discussão junto aos movimentos sociais proponentes do PROAMBIENTE para pactuar uma revisão na forma de implementação do Programa, visando superar o seu caráter piloto e permitir sua efetivação como política pública ampla e massiva.

Durante o ano há um acompanhamento da execução dos planos de utilização adequando-se, quando necessários, as estratégias para alcançar as metas estabelecidas.

A compensação pelos serviços ambientais prestados é condicionada a prévia certificação que é feita ao nível de subgrupos (de cerca de 15-20 famílias) dos Pólos. Para garantir que as famílias estão prestando os serviços ambientais, o programa conta com um sistema misto de Certificação de Serviços Ambientais, contendo uma primeira etapa de verificação participativa (Acordos Comunitários) e uma segunda etapa de certificação externa (Auditoria de Campo). Prevê, assim, o estabelecimento de acordos comunitários onde ficam estabelecidas metas a serem alcançadas pelo grupo. Após cada família ter elaborado seu PU, o grupo comunitário estabelece seu Acordo Comunitário, que é um compromisso coletivo para que sejam respeitados os conceitos e valores do PROAMBIENTE (IBAMA, 2005). De posse dos PU's e do acordo comunitário será realizada a certificação dos serviços ambientais, que servirá de instrumento para a compensação pelos serviços ambientais prestados²⁸. Os acordos comunitários são revistos anualmente.


Todo este processo é viabilizado por Assessoria Técnica e Extensão Rural qualificada, com conceitos de produção e conservação ambiental internalizados pelos técnicos e famílias beneficiárias.

4.1.2 Ações do PROAMBIENTE no pólo pioneiro de Ouro Preto do Oeste – RO

O programa PROAMBIENTE vem atuando no pólo da grande Ouro Preto do Oeste/RO (constituído pelos municípios de Mirante da Serra, Nova União, Ouro Preto do Oeste, Teixeiraópolis, Urupá e Vale do Paraíso) desde o ano de 2004.

A ação do PROAMBIENTE na região é justificada pelos altos índices de desmatamento na mesma, como pode ser verificado no Quadro 4.

²⁸ O programa PROAMBIENTE está tendo dificuldades para colocar em ação a Compensação dos serviços ambientais prestados. A maior dificuldade tem sido conseguir aprovar um fundo para a compensação pelos serviços ambientais.

Municípios de Abrangência da APA – População e Índice de Desmatamento						
Municípios	População residente, sexo e situação do domicílio					DESMATAMENTO
	Total	Homens	Mulheres	Urbana	Rural	
Ouro Preto do Oeste	40.884	20.725	20.159	26.541	14.343	79,27%
Nova União	8.233	4.411	3.822	1.329	6.904	72,17%
Mirante da Serra	13.154	6.883	6.271	5.733	7.421	42,34%
Urupá	14.880	7.898	6.982	4.002	10.878	75,71%
Teixeirópolis	5.618	2.990	2.628	1.154	4.464	91,32%
Vale do Paraíso	9.863	5.303	4.560	1.840	8.023	64,41%
Fonte: DRPPDLS – PROAMBIENTE (Pólo Ouro Preto)						
						

Quadro 4: Índice populacional e índices de desmatamento para a região em 2004.

A área colonizada situa-se no interior de uma região originalmente caracterizada pela presença significativa de florestas naturais. Num raio de 100 a 200 km, encontram-se importantes reservas naturais: O Parque Nacional dos Pacaás Novos (662.500 ha), a Área Indígena Uru Eu Wau Wau (1.800.000 ha), Área de Reserva Legal em Bloco do P.A. Margarida Alves e Palmares em Nova União (7.000 ha); Área Indígena Igarapé Lourdes (185.000 ha) e Reserva Biológica Jaru (268.150 ha). Estas são importantes reservas da biodiversidade amazônica e pontos de equilíbrio do ecossistema da região. No Parque Nacional dos Pacaás Novos nasce a maioria dos rios do estado de Rondônia. Da mesma forma, nas áreas de reservas em bloco dos assentamentos criados nascem importantes rios contribuintes da maior bacia hidrográfica de Rondônia e aquela que recebe maior pressão antrópica. Estes fatos podem explicar as razões que levaram à escolha desta região para constituir Pólo do PROAMBIENTE, além do número significativo de agricultores familiares, assentados, a força da organização sindical e social (ongs tipo APA) e iniciativas pioneiras de formação de sistemas agroflorestais.

O envolvimento de instituições na gestão do Pólo tem como função o fortalecimento do Conselho Gestor do Pólo (CONGEP). No pólo de Ouro Preto do Oeste encontram-se a

CEPLAC, FETAGRO, Sindicatos de trabalhadores rurais e outras, atuando de forma direta como órgão consultivo e deliberativo do programa.

Estas parcerias com instituições públicas e privadas para a construção de ações existentes nos Planos de Utilização (PU's) e no Plano de Desenvolvimento Local Sustentável (PDLS) representa um importante passo para que ao longo dos 15 anos do programa as famílias tenham o apoio necessário na implantação das atividades planejadas.

Dentro das principais ações para este pólo pioneiro, está a recuperação das áreas degradadas, a diminuição do uso de agroquímicos, a inserção dos sistemas agroflorestais como atividade econômica viável para a região e o reflorestamento das áreas de proteção integral.

O programa teve sua primeira etapa com a elaboração dos diagnósticos das Unidades de Produção Familiares (UPF's). Esta fase foi concluída em setembro de 2005 com os primeiros "Acordos Comunitários" fechados. Durante o período de realização do estágio a equipe estava dando prosseguimento as ações de apoio previstas nos Planos de Utilização (PU) das Unidades de Produção Familiar (UPF) e efetuava as primeiras revisões de acordos comunitários, já que estes são revistos anualmente.

A descrição a seguir apresenta as atividades exercidas pelo estagiário que se referem ao acompanhamento técnico da execução de plano de utilização e de revisão de acordos comunitários. Adicionalmente, descreve a visita de intercâmbio ao Pólo Pioneiro do Acre e atividades de educação ambiental desenvolvidas em nome do PROAMBIENTE nas escolas da região.

4.1.3 Ações de ATER relativas ao plano de Utilização da Unidade de Produção – PU

O plano de utilização da unidade de produção é um planejamento integrado da área (Unidade Produtiva) em que a família trabalha, que pode ser um lote, um sítio, uma área de uso coletivo²⁹. No "PU" a família planeja as ações para um bom manejo da produção, das áreas protegidas, dos rios e lagos (IBAMA, 2006). No anexo 2, apresenta-se a estrutura básica de um PU.

Os técnicos, no acompanhamento do PU, procuram sempre incentivar o uso de técnicas alternativas de produção, que atendam aos requisitos de sustentabilidade, como a

²⁹ Neste caso pode-se citar as famílias beneficiárias que vivem na reserva extrativista Chico Mendes em Xapuri/Acre, integrante do pólo pioneiro Alto Acre/ AC).

diminuição das queimadas, o uso de espécies leguminosas como adubação verde, a redução do uso de agrotóxicos, a implantação de Sistemas Agroflorestais, a recuperação de áreas degradadas e diversificação produtiva.

A verificação do cumprimento das metas dos PU's na prática, nas propriedades dos beneficiários do pólo de Ouro Preto do Oeste, mostrou a singularidade desta região, muitas das vezes acarretada pela forma diversa como foi colonizado o estado. Em algumas localidades o nível de conscientização sobre a importância do projeto é alto e contempla diversas famílias próximas, contudo alguns dos sub-grupos encontram extremas dificuldades na implementação das ações do Plano de Utilização, devido a características peculiares, como a distância e o engajamento.

Uma visita de acompanhamento de um PU consiste na chegada à propriedade, apresentação ao agricultor, conversa sobre o andamento das mudanças planejadas no PU sendo seguida por uma caminhada em toda propriedade. Este contato do técnico com o agricultor possibilita uma troca de conhecimento direta, sem intermédio de outros mecanismos/atravessadores ao diálogo. Neste aspecto constata-se a importância do acompanhamento técnico diretamente na propriedade, vivenciando a mudança promovida pelo agricultor.

Nas atividades realizadas durante o estágio foram verificados diversos Planos de Utilização, sendo que muitos foram visitados em companhia de um técnico de Programa e/ou de um agente comunitário. Um dos agentes comunitários, o Sr. Angelino, é um dos muitos que vieram de fora e, agora, é um dos mais destacados entre os agentes comunitários do pólo de Rondônia, tendo diversas experiências como "agricultor técnico" da APA e ambientalista. Também é um adepto de práticas permaculturais, sendo que sua propriedade já virou um referencial demonstrativo de experiências em agroecologia e respeito à natureza. Vindo do estado do Espírito Santo ele conta que quando chegou, derrubou muita árvore que tinha no lote, só que nos últimos dez anos começou a reflorestar tudo, e hoje também é referência em Agroecologia para o Estado todo.

Na figura 19 pode-se ver uma das mudanças praticadas pelo agente comunitário Sr. Angelino em sua propriedade: a construção de uma horta Mandala. Ele próprio comenta que as curvas servem para afastar os insetos, pois linhas retas não representam obstáculo para os insetos; as garrafas, por sua vez, fazem a contenção e proteção das plantas contra os insetos.



Figura 19: Horta Mandala na propriedade do Sr. Angelino.

Dentre as mudanças postas em prática pelos participantes do PROAMBIENTE pode-se destacar a nova postura que muitos adquiriram em relação à natureza. Como evidência disto pode-se citar as inúmeras áreas que encontram-se em estágio de recuperação natural; a procura por alternativas ao modo convencional de praticar agricultura; a procura por soluções caseiras de problemas na propriedade; a observação holística dos elementos que compõem a propriedade, como a interação entre a água, o solo e as plantas.

Entende-se que a vivência das mudanças ocorridas na propriedade despertou nos próprios agricultores a capacidade de intervirem sem a necessidade de recorrerem a fontes externas, pois com a adoção de práticas agroecológicas na produção, muitos insumos passaram a ser produzidos e encontrados na propriedade, como os biofertilizantes e as plantas de adubação verde.

A partir das novas descobertas e experiências muitas propriedades acabam tornando-se referência e modelo para as outras. Na figura 20 uma propriedade modelo, com áreas de SAF's de Pupunha, açaí, acerola, etc.



Figura 20: Propriedade modelo do PROAMBIENTE.

A visita aos participantes do PROAMBIENTE e o exame das ações previstas nos PUs do Pólo de ouro Preto do Oeste evidencia que a maioria dos agricultores prevê mudanças do tipo:

- Implementar 2 ha. de sistemas agroflorestais;
- Reflorestar margens de córregos, nascentes, rios e represas;
- Recuperar áreas de reserva legal e preservação permanente;
- Fazer a transição agroecológica;
- Implantar ações de recuperação das áreas degradadas, como reflorestamento, pousio, cercamentos para evitar a entrada de animais; e
- Introduzir novas culturas e espécies comerciais, como frutíferas nativas que ainda não apresentam representação econômica.

Por outro lado, as visitas mostraram que muitos agricultores ainda não conseguiram implantar as mudanças preconizadas pelos PU's. A eliminação do uso de agrotóxicos ainda encontra uma barreira enorme. As dificuldades relativas à eliminação do uso dos agrotóxicos são compreendidas quando consideram-se fatores naturais da região (que favorecem o desenvolvimento dos chamados “inços” ou plantas indesejáveis) e falta de alternativas ao trabalho manual. Outro fator pode estar na relativa minoria que os agricultores que participam do projeto representam, pois a opção por um modelo diferenciado de produção não é dominante na região e muitos dos agricultores sentem-se isolados. Casos em que um produtor do PROAMBIENTE teve sua propriedade atingida por fogo ateados em propriedades vizinhas são corriqueiros. As propriedades em transição agroecológica configuram verdadeiras ilhas no meio da maioria das propriedades rurais da região.

4.1.4 Ações de revisão dos acordos comunitários

Nas revisões dos acordos comunitários entendeu-se prioritário discutir ações coletivas que colaborassem para viabilizar avanços na implementação dos PUs individuais, com vistas a atender os requisitos necessários à certificação.

As revisões dos acordos comunitários estavam previstas para ocorrerem no final do ano de 2006, isto exigia que a equipe técnica preparasse a metodologia a ser adotada. Esta preparação consistia numa discussão sobre quais seriam os melhores métodos para que os beneficiários ficassem à vontade e pudessem discutir sobre os rumos a serem tomados pelos sub-grupos. No Pólo de Ouro Preto do Oeste existem 15 subgrupos, que se distribuem nos seis municípios formadores da grande Ouro Preto, já citados, abrangendo cerca de 350 famílias.

Partindo então do fato de que os agricultores deixariam seus afazeres na propriedade, estabeleceu-se uma estratégia para que todos os membros da família pudessem participar da revisão. Sendo assim, os técnicos e os agentes comunitários passaram a entregar os convites para a revisão do acordo comunitário, salientando no convite que todos os membros da família estavam convidados e que durante o dia haveria atividades que concentrariam todos num mesmo local. Este tipo de orientação atende a uma política de Gênero do PROAMBIENTE³⁰.

³⁰ No aspecto de gênero, estão sendo mapeados os grupos comunitários existentes, no intuito de levantar as possíveis lideranças para o grupo, discussão sobre o papel de cada integrante dentro da família, propondo uma maior influência destes membros dentro das tomadas de decisões e da produção da renda familiar.

Esse fortalecimento das famílias busca uma maior participação, tanto no que tange a elaboração ou reformulação de novas ações dos PU's, como na distribuição de tarefas em sua implantação.

Uma seqüência básica de ações para cada revisão de acordo ficou estabelecida, contando com:

- Chegada e recepção das famílias: A revisão de cada acordo comunitário por sub-grupo propunha, como metodologia a ser seguida, que cada revisão acontecesse em um local próximo à moradia dos beneficiários. Ocorreram reuniões em sedes de associações de moradores, barracões de comunidades de igreja e propriedades rurais de beneficiários. O horário proposto para iniciar as revisões variou entre 8 e 10 horas da manhã e elas sempre terminavam nos horários das 14h 00min até 16h 00min da tarde.

- Apresentação dos participantes e levantamento de expectativas do encontro foram feitas com auxílio da dinâmica de apresentação da “TEIA”. A dinâmica da TEIA foi utilizada porque esta seria a primeira revisão de acordo comunitário proposta pela nova equipe de assessoria técnica, que até então fazia reuniões e visitas aos integrantes dos sub-grupos isoladamente. Então percebeu-se a necessidade de uma apresentação onde todos os beneficiários do sub-grupo pudessem falar e interpretar de maneira lúdica o projeto. Este objetivo seria alcançado com uma brincadeira de apresentação onde, através de um rolo de barbante e um círculo com todos os presentes, era feita uma apresentação nominal e a confecção da denominada “Teia”. Após o entrelaçamento de fios, partiu-se para uma interpretação da situação que se vivenciava naquele instante. União, ligação, interdependência, insistência, trabalho, dedicação e muita força de vontade, foram as principais interpretações por parte dos agricultores. Esta dinâmica viria a favorecer o trabalho posterior que exigia uma situação de conforto e a amizade entre os participantes. Na figura 21 apresenta-se a dinâmica da teia.



Figura 21: “Dinâmica da Teia” no Sub-grupo Renascer de Teixeiraópolis

- Leitura coletiva do 1ºacordo comunitário: Esta etapa consistia na leitura do 1ºAcordo comunitário realizado, pois muitos dos beneficiários sequer lembravam o que haviam acordado no ano anterior. Este espaço servia também para desmistificar um pouco do que era o Acordo Comunitário, pois muitos beneficiários temiam punições caso não viessem a cumpri-lo.

- Divisão dos beneficiários presentes em grupos menores: A fim de facilitar a discussão sobre o acordo comunitário, o grande grupo foi dividido de maneira aleatória, seguido da designação de um técnico, que serviria de moderador das discussões. Nestes pequenos grupos era confeccionada em papel pardo uma proposta de novo acordo que logo depois seria defendida pelo grupo menor perante o grande grupo. Na figura 22 observa-se a divisão em pequenos grupos.



Figura 22: Divisão e elaboração de proposta de novo acordo em pequenos grupos.

- Discussão e formulação de uma nova proposta: A tarefa dos pequenos grupos era de confeccionar uma proposta que seria levada para o conjunto das pessoas reunidas. A divisão em pequenos grupos foi feita com a intenção de fomentar a discussão, visto que alguns agricultores constrangem-se em falar para um público grande. Constata-se que esta estratégia deu certo, pois houve alguns grupos pequenos que chegaram a extrapolar o tempo destinado à criação de uma proposta e observou-se a participação e manifestação da opinião de todos os beneficiários. Na figura 23 apresenta-se a fase de discussão em pequenos grupos.



Figura 23: Etapa de discussão nos pequenos grupos para criação de uma nova proposta.

- Apresentação das propostas do novo acordo por grupo e debate em torno da revisão do acordo: O propósito deste espaço era o de apresentação das propostas formuladas pelos pequenos grupos. O momento foi o mais importante da revisão, pois percebeu-se o que os beneficiários do programa sentem em relação a credibilidade do projeto e a continuidade do mesmo. Observou-se neste momento que muitos agricultores tinham ressalvas com relação ao processo de construção do 1º Acordo já que este havia se dado de forma mais centralizada em torno dos técnicos, daí muitas sugestões novas terem sido apresentadas nas revisões de acordos comunitários. A metodologia adotada atingiu a expectativa, pois muitas diretrizes do novo acordo comunitário só apareceram e foram aprovadas com o consenso de todos do sub-grupo. Os beneficiários aprovaram o encontro e, de uma maneira geral, percebeu-se que a participação aumentou a confiança dos mesmos no Programa. Na figura 24 a etapa de apresentação das propostas para o conjunto dos presentes.



Figura 24: Fase de apresentação das propostas para todo o sub-grupo.

- Leitura das observações e aprovação do novo acordo comunitário pelo subgrupo: Este espaço visava auxiliar na sistematização das propostas e era moderado pelo Técnico responsável pelo sub-grupo. Após a leitura de todas as alterações sintetizadas pelo técnico, o sub-grupo aprovava a revisão do acordo comunitário.

- Escolha de um nome para o sub-grupo: Durante a revisão dos acordos comunitários nos meses de novembro e dezembro de 2006, uma das atividades executadas, que demonstraram a importância da participação dos beneficiários do programa na tomada de decisões, foi a escolha de nomes para os sub-grupos. Antes os sub-grupos só eram conhecidos apenas pelo nome do agente comunitário que trabalhava com o sub-grupo. Foi percebido que uma denominação mais clara e que levasse adiante determinada característica ou facilidade em reconhecer os sub-grupos era importante na identificação dos atores promotores da mudança. Diversos nomes foram escolhidos, e em muitos sub-grupos pode-se encontrar uma identificação com os objetivos do projeto nas comunidades. A seguir são apresentados os

nomes dos 16 ³¹ sub-grupos, escolhidos durante a 1ª revisão dos acordos comunitários do pólo pioneiro do programa PROAMBIENTE de Ouro Preto do Oeste:

Sub-grupos no município de Ouro preto do Oeste:

- *Chico Mendes;*
- *Novo Amanhecer;*
- *Salve o Boa Vista;*
- *Vida Nova;*

Sub-grupos no município de Mirante da Serra:

- *Recomeçar;*
- *Ana Stella;*

Sub-grupos no município de Vale do Paraíso:

- *Santa Rosa;*
- *São Francisco;*
- *São Patrício;*
- *Xavier;*

Sub-grupos no município de Teixeiraópolis:

- *Renascer;*

Sub-grupos no município de Nova União:

- *Palmares;*
- *Margarida Alves;*

Sub-grupos no Município de Urupá:


- Martin Pescador;*
- Natureza-viva;*
- Sombra da Mata;*

- Almoço de confraternização: Mais um dos espaços metodologicamente propostos, que servirá de modelo para outras reuniões, foi a organização de um almoço, nas comunidades em que aconteciam as revisões. Sempre era proposto um almoço de confraternização entre os agricultores, constituindo mais um momento de troca de experiências entre os participantes da revisão de acordo comunitário. Sempre era proposto que se levasse alimentos para a reunião, o que propiciou uma grande interação entre beneficiários,

³¹ O 16º sub-grupo foi criado em virtude da distancia existente entre os mesmos e ficando então mais um sub-grupo, o sub-grupo XAVIER.

- Encerramento

Foram realizadas 15 revisões de acordos comunitários, onde pode-se perceber as diferenças e qualidades de cada sub-grupo. Ressalta-se que em alguns sub-grupos a centralização das decisões por alguns agentes comunitários prejudicou a contribuição dos demais. Outro aspecto que também ficou evidente é a desconfiança que alguns produtores ainda apresentam quanto ao futuro do Programa. Porém na maioria das revisões o que se percebeu é o engajamento das famílias no Projeto. Muitos jovens e mulheres se fizeram presentes, mostrando que há mudança na tomada de decisões da família, que já não passa mais somente pela opinião do “homem da família” daí ter surgido muitas sugestões de ações que contemplem também estes segmentos, como cursos de capacitação e oficinas de educação ambiental. No quadro 5 apresenta-se o documento resultante da revisão de Acordo comunitário de Teixeiraópolis.

	ACORDO COMUNITÁRIO DE CERTIFICAÇÃO PROAMBIENTE
<h2>IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO COMUNITÁRIO</h2>	
Identificação do Pólo: Ouro Preto do Oeste UF: RO	
Identificação do Grupo Comunitário: Renascer Município: Teixeiraópolis Número de famílias que compõem o Grupo Comunitário: 27	
Nome do Agente Comunitário responsável: Jocimar Santiago da Silva CPF: 386.694.802-63 Endereço: LH – 16 GB – 8 C LT – 07 Teixeiraópolis - RO	
Nome da Associação que envolve o Grupo Comunitário: CNPJ: Endereço: Obs: em anexo na última página	
Período de Vigência do Acordo Comunitário: 22/11/06 a 22/11/07 Metodologia de verificação participativa de prestação de Serviços Ambientais:	
A equipe técnica junto aos beneficiários e beneficiárias do PROAMBIENTE pertencentes a este grupo comunitário entram em acordo para assumir compromissos em verificar e praticar ações de acordo com seu Plano de Utilização da Unidade de	

Produção, assim sendo:

- Serão convocadas 06 (Seis) reuniões por ano para planejamento, acompanhamento e resolução de possíveis dificuldades entre as famílias, e ficará aberto para extraordinárias quando necessário. Serão realizadas na casa dos beneficiários e cada um contribuirá com alimentação e após a reunião todos irão visitar a propriedade;
- Serão feitas visitas em propriedades dentro do grupo para conhecer e ajudar nos compromissos ambientais, visando acompanhar, trocar experiências e verificar as atividades ambientais;
- Serão realizadas 02 (Duas) visitas de intercambio em outros subgrupos para trocas de experiências;
- A equipe técnica irá realizar 03 (Cursos, Capacitações e Palestras) com os produtores, jovens e crianças beneficiados;
- O técnico irá discutir e esclarecer formas de financiamentos que os beneficiários possam acessar;
- Disponibilizar cursos com as mulheres.
- Os beneficiários se comprometeram de coletar sementes e mudas de essências florestais, e o técnico juntamente com o agente comunitário irá fazer trocas de sementes ente os beneficiários e outros subgrupos;
- A equipe técnica se disponibilizou para buscar alternativas para eliminar o uso do fogo e agrotóxicos.
- Os beneficiados assumiram os compromissos e conseqüentemente irão auto avaliar e avaliar o grupo, quanto às ações colocadas no PU's e a redução (eliminação) do uso de agrotóxicos e queimadas;
- O agente comunitário se comprometeu em visitar as famílias 02 vezes ao mês.

Teixeirópolis, 22 de Novembro de 2005.

Quadro 5: Documento elaborado na revisão do acordo comunitário do sub-grupo Renascer de Teixeirópolis.

4.1.5 Intercâmbio: Visita ao Pólo Alto Acre/AC

Este intercâmbio teve como objetivo a troca de experiências entre os produtores do Programa PROAMBIENTE dos pólos de Rondônia (Ouro Preto do Oeste) e Acre contando com a participação de representantes da APA, representantes do conselho gestor, equipe

técnica, agentes comunitários e produtores. Na figura 25 pode-se ver os representantes do pólo de Ouro Preto do Oeste - RO.



Figura 25: Delegação do Pólo do PROAMBIENTE de ouro Preto do Oeste em Brasília/AC

Esta atividade atende as orientações do PROAMBIENTE no sentido da valorização da troca de experiências como fator de dinamização da troca de saberes e de ações em prol de uma nova concepção no uso dos recursos naturais.

Dentre as principais iniciativas do intercâmbio no Acre estava o deslocamento até a sede da executora do Pólo do PROAMBIENTE denominado Alto Acre, o instituto PESACRE³², que tem sua sede em Rio Branco, e que atua com os beneficiários do PROAMBIENTE no Acre. Estava programada uma visita a uma família beneficiária do PROAMBIENTE do município de Brasília - AC, que trabalha com experiências extrativistas, principalmente o látex e a castanha. Nesta atividade foi visitada a propriedade de Seu João que é beneficiário do PROAMBIENTE no pólo Alto Acre e extrai castanha e

³² Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Estado do Acre.

seringa de sua propriedade rural, além de possuir um criadouro para Jabutis com autorização do IBAMA-AC.

Durante o intercâmbio também foi realizada uma visita a uma fábrica beneficiadora de Castanha do Brasil que está localizada no município de Brasiléia e atende a demanda de toda região da Amazônia Ocidental e até de países vizinhos como a Bolívia, sendo seu produto também exportado para o mercado europeu e asiático.

Na figura 26 pode-se visualizar as instalações da fábrica de beneficiamento de castanha do Brasil em Brasiléia – AC.



Figura 26: Fábrica de beneficiamento de castanha do Brasil em Brasiléia.

O intercâmbio propunha também uma visita à Reserva Extrativista Chico Mendes no município de Xapuri, onde os representantes do pólo de Ouro Preto do Oeste puderam conhecer e trocar experiências com o subgrupo da respectiva reserva. Nesta atividade muitos agricultores de Rondônia mostraram-se surpresos ao conhecer experiências de extrativismo vegetal, como a exploração da Castanha do Brasil e do látex da Seringueira (*Hevea brasiliensis*).

A visita a uma área de Manejo Florestal Comunitário, o seringal Cachoeira no município de Xapuri, propiciou uma nova visão sobre a exploração madeireira, visto que na

referida comunidade existe um plano de Manejo Florestal Comunitário, as árvores são devidamente classificadas e é feito um planejamento sobre as intervenções técnicas a serem desenvolvidas nas áreas de floresta. Também foi feita uma visita à Fundação Chico Mendes em Xapuri. Nesta oportunidade muitos agricultores declaram sua afinidade com as causas da luta proposta por este sindicalista brutalmente morto.

A visita a uma fábrica de beneficiamento do látex e fabricação de preservativos, propiciou uma reflexão aos agricultores participantes do intercâmbio. Constatou-se a significativa agregação de valor dada à borracha e o investimento feito pelo governo daquele estado nesta atividade, o que opunha-se à política atual do estado de Rondônia, que não incentiva esta atividade extrativista e que mantém a floresta em pé. Na figura 27 a extração do látex da seringueira.



Figura 27: Coletor de látex de *Hevea brasiliensis*

Também foi feita uma visita a um empreendimento florestal: uma fábrica de tacos de madeira certificada. Ao final do intercâmbio foi feita uma avaliação da experiência entre todos os presentes. A avaliação dos próprios beneficiários do pólo de Rondônia indicou uma diferença razoável na importância dada aos recursos naturais entre as propriedades visitadas no Acre e em Rondônia. Para muitos a experiência concretizada por Chico Mendes no Acre, estava propiciando questionar o comportamento ao chegarem em Rondônia, pois causou

muito espanto conhecer uma experiência em que não havia se derrubado toda a floresta para a colonização.

4.1.6 As ações de educação ambiental.

O PROAMBIENTE possibilita a realização de um trabalho paralelo voltado para a Educação Ambiental, com o intuito de conscientizar crianças, jovens e adultos através de palestras, seminários e capacitações, atingindo tanto as famílias cadastradas quanto a sociedade em geral. As ações de educação ambiental relatadas resultam de parceria do PROAMBIENTE com as secretarias de educação dos municípios abrangidos, que possibilitaram a realização de palestras sobre educação ambiental nas escolas da região.

A primeira palestra foi sobre lixo e resíduos sólidos na zona rural. Num primeiro momento comunicou-se aos palestrantes que o público que iria assistir à palestra era a turma de 8ª série, entretanto quem esperava eram as turmas de 3ª, 4ª e 5ª séries. Rapidamente o palestrante teve que traçar outra estratégia, pois o material preparado a ser apresentado em data show, continha um conteúdo não adequado àquele público. Esta palestra aconteceu em Alvorada do Oeste, divisa com Urupá, na Escola Nova Estrela. Na figura 28 apresentam-se as crianças da escola Nova estrela.

A experiência de mudar a estratégia, buscando maior interação com os educandos, surtiu efeito e a participação das crianças foi melhor do que esperava-se. Logo após a apresentação relativa a questão do lixo, deslocou-se a turma para o pátio da escola, buscando a aplicação do conteúdo apresentado. Na figura 29 mostram-se os arredores da escola e a problemática do lixo.



Figura 28: Palestra sobre a problemática do lixo para o ensino fundamental da escola Nova Estrela do assentamento Martin Pescador - Município de Alvorada do Oeste - RO.



Figura 29: Lixo encontrado arredores da Escola Nova Estrela em Alvorada do Oeste - RO

As outras palestras foram para o ensino médio da escola de Teixeiraópolis. A escola se preparava para começar a semana de discussão sobre a Agenda 21, e contou com uma palestra sobre a questão da água. Estrategicamente, havia-se montado uma apresentação que focou mais a importância de preservar a mata ciliar. Ao tocar-se neste ponto, ele pareceu muito próximo e familiar para os estudantes, que são em sua maioria da zona rural, de forma que suscitou-se um bom debate e atingiu-se o propósito do espaço, que era de sensibilização para a problemática.

5. DISCUSSÃO

A partir do momento em que o mundo inteiro percebeu a necessidade de se preservar e conservar os ecossistemas naturais, os países da região Amazônica, foram bastante questionados e pressionados a adotar formas racionais de exploração de seus recursos. Assim, a preocupação com o uso dos ecossistemas naturais da Amazônia não é só brasileira mas sim internacional.

O enfrentamento da crise socioambiental brasileira, por sua vez, requer uma mudança na forma como o país usa o potencial do rural. É necessário deixar de acreditar em estratégias mirabolantes e estrangeiras e passar a valorizar as idéias e conhecimentos praticados aqui. O País precisa usar de maneira mais planejada seus próprios recursos e oportunidades e impulsionar um padrão de desenvolvimento capaz de produzir e distribuir riqueza, ao mesmo tempo em que conserva a natureza e enriquece a cultura e sabedoria popular. Hoje diversas organizações estão promovendo e disseminando novas idéias, querem dominar seu futuro e se livrar de receituários, otimizando o uso de seus recursos naturais e a capacidade intelectual encontrada nas comunidades.

Conforme Petersen (2006) aprender e se inspirar nessas experiências inovadoras é um desafio. Superar este desafio é necessário para que a Agroecologia aflore e se dissemine como estratégia técnica – científica, voltada para a promoção de um desenvolvimento auto-centrado e reprodutível, superando a lógica hegemônica que comanda o crescimento econômico pela via da subordinação da agricultura aos mercados e própria ao agronegócio.

Como entidade legalmente organizada, a Associação dos Produtores Alternativos de Ouro Preto do Oeste tem pleiteado recursos junto a entidades governamentais e não-governamentais visando implementar um processo de transição agroecológica junto a agricultores familiares na região da Amazônia Ocidental. A atuação desta organização pode ser tomada como referência na promoção do desenvolvimento rural sustentável pois apresenta várias iniciativas pioneiras e bem sucedidas.

Composta exclusivamente por agricultores familiares, a APA tem trabalhado para assegurar a assistência técnica para alternativas de produção (mel, palmito, SAF's), e garantir o beneficiamento e comercialização dos produtos dos seus associados. Desta forma contribui para superar os problemas encontrados por agricultores familiares da região. O processo de associação dos produtores tornou-os mais fortes perante o mercado e ampliou o acesso à fontes de recursos de investimento e capital de giro, indispensáveis para a continuidade da produção

de pequenos agricultores. Evidências destes benefícios são os 15 anos de existência da APA e o aumento do número de associados neste período. Cabe destacar, também, a atuação da APA na superação da problemática de gênero encontrada no rural de sua área de atuação.

Por outro lado, a APA cria novas formas de produzir em harmonia com o meio ambiente, através de técnicas de manejo de plantas e animais alternativos e ecologicamente corretos. Os agricultores atendidos pela Associação disseminam um novo modelo de agricultura, baseado na diversificação da produção, no reaproveitamento das áreas degradadas, nas práticas de adubação verde e na busca da sustentabilidade de um modelo de produção agroflorestal. Dentro dos avanços possibilitados pela produção agroflorestal encontram-se:

- A melhoria na qualidade alimentar e consequentemente saúde da família;
- A viabilidade agronômica e econômica dos SAF's reflete-se na melhoria da qualidade e segurança alimentar das comunidades envolvidas, através da diversificação de alimentos e fontes de renda na propriedade familiar;
- O manejo agroflorestal tem demonstrado que é uma forma concreta de recuperação ambiental, diminuindo o desmatamento e o uso de agrotóxicos, aumentando também a diversidade;
- Os SAF's respondem à necessidade de criação de oportunidades e de um sistema que tem possibilitado a manutenção das famílias no meio rural; e
- Os SAF's tem garantido a participação dos agricultores em toda a cadeia produtiva, aumentando assim sua dimensão de atuação.

A implantação de sistemas agroflorestais na região amazônica já é testada há algum tempo e assim identificam-se diversos estudos de caso, experimentos científicos e referências oficiais para serem praticadas, mesmo assim, as experiências locais desenvolvidas por instituições como a APA permitem avaliar a viabilidade de modelos teóricos em situações concretas – locais - além de criar novas referências teóricas. Diante destes fatos os sistemas agroflorestais da APA na região de Ouro Preto do Oeste constituem modelos de interessantes relações biológicas e sociais, que ainda necessitam de maiores estudos. Além disto, a simples formação de uma agrofloresta pode ser considerada como positiva em qualquer comparação com sistemas de monoculturas. Convém salientar aqui que o Projeto PROAMBIENTE, por exemplo, buscou cadastrar e trazer para a execução das mudanças,

realmente aqueles produtores que inviabilizaram suas propriedades. Seja pela derrubada das matas, seja pela contaminação do solo ou pela contaminação da água.

A mudança de pensamento exige certas estratégias em longo prazo, neste quesito pode-se afirmar que o Programa PROAMBIENTE está bem fundamentado, pois é de médio prazo e busca oferecer uma compensação financeira pelo serviço ambiental prestado pelos agricultores participantes do projeto. Os serviços ambientais são benefícios indiretos gerados pelos recursos naturais ou pelas propriedades ecossistêmicas das inter-relações entre estes na natureza. As compensações ambientais são mecanismos e processos de transferência de benefícios e incentivos a atores sociais, setores econômicos ou instituições que contribuam para a conservação ou aumento do fluxo e da qualidade de serviços ambientais para a sociedade (MAY, 2005). Neste aspecto a compensação por serviços ambientais deve ser entendida como uma política ambiental e que deveria objetivar a melhor adaptação aos indivíduos já inseridos no ecossistema, de forma a melhorar a qualidade de vida, promover maior equidade e justiça social e aumentar o controle destas populações sobre o território onde vivem. Entretanto, a questão da compensação financeira tem sido motivo de inúmeros debates, o que faz com que a segunda parte do Programa PROAMBIENTE ainda não tenha saído do papel, fazendo com que este seja mais um capítulo na luta dos movimentos sindicais rurais da região amazônica para que este programa se torne uma política pública eficiente.

A Associação tem inovado também no âmbito da assistência técnica. A APA, desde suas origens, trabalha com a percepção de que quem deve deter o conhecimento é o agricultor, para tanto promove cursos de formação para seus “agricultores-técnicos” que são os principais responsáveis pela assessoria técnica às famílias. Na opinião dos agricultores, os cursos de capacitação, intercâmbios e oficinas, que na época foram oportunizados pelo projeto PDA, serviram para qualificar tecnicamente esses agricultores e, conseqüentemente, para melhorar a qualidade do atendimento às famílias. “Hoje nós temos agricultores que dominam muito mais essa questão dos SAFs do que alguns técnicos formados pela universidade”, frisa seu João (um dos agricultores técnicos).

Outra inovação no âmbito da assistência técnica refere-se a incorporação de princípios de participação na condução dos projetos. A metodologia de trabalho do PROAMBIENTE procura apontar para o maior envolvimento das famílias no processo de construção do pólo do programa, contribuindo para a tomada de poder dos subgrupos e decisões conjuntas. Neste aspecto esta etapa do projeto está visando a construção de uma coletividade dentro dos subgrupos através de ações que fortalecem este tipo de relação, como dias de campo, viagens

de intercâmbio e trocas de experiências. Esta metodologia também visa a atenção dos subgrupos aos serviços ambientais, traçando relações entre os aspectos ambientais, sociais e econômicos nos pontos de conversão das propriedades.

Considera-se que o ponto de vista dos agricultores precisa ser incluído em qualquer processo de decisão para assegurar que esta decisão seja apropriada para eles. PESACRE (2002) entende que se eles participam de todos os aspectos do projeto, também se sentirão mais comprometidos, mais dispostos a confiar nos técnicos e a esperar por um retorno que pode levar anos pra se concretizar. Um dos objetivos de qualquer iniciativa deve ser a eventual autogestão do projeto pela família. A autogestão torna-se possível somente quando as famílias sabem por que e como o projeto foi desenvolvido.

Embora a atuação da APA tenha muitos aspectos positivos há alguns pontos em que há possibilidade de avançar.

Inicialmente cabe reconhecer as limitações estruturais para a realização deste tipo de propósito, a saber, a promoção da transição agroecológica. Todo o processo de organização social e de promoção do desenvolvimento rural sustentável ainda comporta-se com estruturas que durante muitos anos serviram de instrumento para a exclusão destes mesmos agricultores que hoje tentam “Produzir sem Destruir”³³. Verifica-se que está sendo travada uma batalha contra uma idéia que durante muito tempo serviu como pano de fundo para as estratégias de ocupação da região, que tinha apenas o capital como norteador das ações sobre os recursos naturais. Esta noção de luta pode também ser aplicada ao tratar da relação com o Estado que, inicialmente, favorecia o modelo hoje questionado pela organização. Com a luta, o Estado passa a apoiar propostas alternativas, como as viabilizadas pelo PROAMBIENTE. Cabe salientar, entretanto que o apoio à transição agroecológica pode ser dado dentro do Estado como uma disputa entre os modelos propostos. De todo modo, as ações dos agricultores vinculados à APA ainda são iniciativas incipientes num contexto de dominância do modelo convencional de relação com a natureza.

As dificuldades de viabilizar um modelo alternativo de produção acabam por se refletir na dinâmica interna da APA, verificando-se dificuldades de alimentar a renovação das lideranças organizacionais. Muitos fatores podem ser relacionados para explicar estas dificuldades, contudo aqueles referentes à própria história e aos ideais da organização, devem balizar as futuras discussões da Associação.

³³ “Produzir sem destruir” é principal slogan da Associação.

A APA trabalha sem nenhuma ajuda financeira pessoal aos membros da diretoria. Como é composta exclusivamente de agricultores, os mesmos deixam seus afazeres para dedicarem-se aos encargos que Associação requer. Muitas vezes, alguns membros da diretoria passam a semana inteira na sede da Associação, que fica na região urbana de Ouro Preto do Oeste, para retornarem aos seus lares somente nos finais de semana. Esta aparente dedicação exclusiva às questões administrativas da APA, tem levado a que muitos agricultores não se interessem mais em fazer parte da direção e, em alguns casos, passam até a não se interessar mais pelos assuntos da própria organização. Percebendo este fenômeno e na tentativa de recuperar o entusiasmo inicial programa-se discutir a questão da remuneração para cargos diretivos na assembléia geral de 2007, visto que consta em estatuto que este aspecto só pode ser alterado na mesma.

No âmbito dos eixos de atuação da APA, destaca-se a questão do planejamento da produção de matérias-primas para assegurar continuidade e escala apropriada à produção. O aperfeiçoamento dos processos de produção de matéria-prima deve ser considerado como estratégia fundamental para viabilidade da APA, pois durante o estágio notou-se que a falta desta estratégia deixa a associação muitas vezes “refém” do mercado, pois não consegue atender as demandas e a falta de matéria prima deixa a estrutura ociosa. Diversos fatores contribuem para que esta situação aconteça, havendo a necessidade de um planejamento estratégico integrado abrangendo todos os setores da organização. O grande desafio está em consolidar as unidades de beneficiamento de palmito, de polpa, doces, licores e geléias de frutas. O engajamento de mais agricultores à APA pode ser uma alternativa para propiciar maior oferta de matéria-prima.

No âmbito da assistência técnica alguns pontos merecem comentários. inicialmente cabe considerar que as atividades de ATER ainda estão condicionadas a aprovação de projetos para financiar cursos, capacitações, contratação de profissionais. Durante o estágio a dinâmica dos projetos foi determinante para entender a lógica de funcionamento deste tipo de organização. Como a aprovação e as liberações orçamentárias são inconstantes, criam-se problemas de continuidade e alta rotatividade no trabalho de ATER.

Do ponto de vista do contudo, um dos desafios da ATER está em resgatar as aprendizagens sobre SAF's, apicultura, beneficiamento, comercialização e relações de gênero, a fim de disponibilizá-las a outras entidades, inclusive de fora da Amazônia brasileira. Outro ponto relativo a ATER refere-se às relações técnico-agricultor. Acompanhar a mudança de um “modo de pensar e fazer”, em prol de uma nova relação com ao ecossistema natural, exige o

conhecimento das razões e limitações que levaram o agricultor a determinadas atitudes. Tomando-se como exemplo o caso da região vivenciada: a atuação de um técnico deve partir do conhecimento sobre tradições locais relativas ao uso da terra, sobre os motivos que levaram a quase destruição massiva das florestas da região, e que durante anos somente levaram a prática de uma agricultura de derrubada e queima. Muito se diz que um bom técnico é aquele que realmente conhece a realidade do agricultor. Talvez dentro desta ótica é que a visita do técnico à propriedade é uma verdadeira aula e troca de conhecimentos, além de favorecer uma relação de confiança é neste momento que o técnico tem a oportunidade de conferir os avanços realizados na propriedade. Durante esta atividade muitos produtores, salientaram que alguns técnicos do programa não estavam fazendo as visitas em toda propriedade. Percebeu-se que os agricultores envolvidos diretamente com o projeto não aceitam que os técnicos sejam acomodados e visitem apenas a sede da propriedade. Outra questão é que a nova assistência técnica rural, exigida pelo projeto, e principalmente pelos agricultores beneficiários, deixa inúmeras questionamentos referentes ao modelo de ensino das universidades brasileiras. A nova ATER passa a requerer profissionais com olhares críticos e criativos sobre o manejo agroecológico das espécies amazônica ou agricultura tropical, um técnico que tem papel importante na execução das ações, porém não mais que o protagonista principal: o agricultor. Para MMA (2004) é tarefa do Estado formar quadros e prover assessoria às organizações que apostam no desenvolvimento sustentável.

Quanto aos sistemas agroflorestais em geral, distinguem-se dois tipos básicos, sobre os quais há oportunidade e conveniência de criar novas referências considerando a disponibilidade de fatores locais. Estas constatações são importantes a medida em que se avaliam os SAF' existentes nas propriedades dos associados da APA. O "Saber Agroecológico" deve considerar os elementos comuns e as dificuldades encontradas na difusão dos sistemas agroflorestais, como a questão da mão de obra, a reprodução do conhecimento, a "lógica do mercado" e a conveniência. Para tanto é necessário o apoio dos órgãos de pesquisa e de difusão de técnicas na região.

6. CONCLUSÃO:

O entendimento de que a sustentabilidade se assenta em quatro dimensões: ambiental, econômica, sócio-cultural e organizacional, mostra que não existem fórmulas complexas ou restritas a um lócus especial para que haja o desenvolvimento tão almejado. Ocorre que deve-se compreender porque determinadas estratégias funcionam e outras não, considerando a história, a trajetória, os anseios e visões de mundo que as comunidades rurais do Brasil desenvolvem.

As formas de desenvolvimento rural sustentável que se apresentam para a região como as propostas pela APA, têm que ser reconhecidas e apoiadas como estratégia de ocupação sustentável da região. A nova ATER que se configura deve servir de ferramenta para formação de uma nova visão relativa ao uso dos recursos naturais existentes na região. Assim sendo, ações como as da APA e programas estratégicos como o PROAMBIENTE devem ser impulsionados e apoiados para que realmente se configure no futuro uma nova utilização e visão sobre a Amazônia.

A concepção de ATER agroecológica deve estar fundamentada em um conjunto de aspectos básicos para a promoção do desenvolvimento rural sustentável: de buscar parcerias eficazes, solidárias e comprometidas com o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar em todo o País; Incluir os produtores familiares tradicionais, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores e povos da floresta e respeitar à pluralidade e as diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país, o que implica na necessidade de incluir enfoques de gênero, de geração, de raça e de etnia nas orientações de projetos e programas.

O aspecto mais importante e inovador do PROAMBIENTE, enquanto política pública para a Amazônia, é o processo de sua formulação e implementação, protagonizado quase exclusivamente por atores da sociedade civil, com os atores governamentais cumprindo um papel secundário, porém estratégico. Neste aspecto para que haja realmente uma transição a um novo sistema de produção é preciso programar um sistema integrado de apoio que atenda todas as áreas do ciclo produtivo: Crédito, assistência técnica, infra-estrutura (sanitária, educativa, de transporte, etc.), beneficiamento, escoamento, estudos de mercado, e comercialização.

O planejamento estratégico da Associação dos Produtores Alternativos de Ouro Preto do Oeste requer uma mudança nos planos e metas da organização. Este plano deve partir de um levantamento dos pontos críticos na Associação, com uma configuração de estratégias e metas para solucionar os problemas. Porém é indispensável que haja o engajamento dos associados neste momento, pois assim como acontece com outras organizações que se colocam no turbilhão do processo capitalista a luta pela manutenção dos ideais se dá todos os dias e, para isso, é preciso que haja sempre uma renovação do planejamento estratégico da organização civil.

Este planejamento deve passar pelas bases organizacionais da instituição, pelas estratégias de produção de matéria-prima, pelas experiências mercadológicas até então aprendidas, mas principalmente pela constante renovação e articulação política. O desenvolvimento rural sustentável promovido e articulado pela APA sofre constantemente pressão pelo macro modelo adotado de cunho político e financeiro, para tanto é mais do que sensato que se faça esse planejamento. Para isso é importante que projetos e modelos apoiados pela APA ocupem lugar no domínio territorial amazônico.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, P. **Pecuária e Desafios para a Conservação Ambiental na Amazônia**. Imazon. 2005. Disponível em: [http:// www.imazon.org.br](http://www.imazon.org.br). Acesso em 10 dez.2006.

BINSZTOK, J. Camponeses de Rondônia. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v.38, n. 228, p.30-35, jul. 2006.

BRASIL. IBAMA. **Certificação de serviços ambientais do PROAMBIENTE**. Programa de desenvolvimento socioambiental da produção familiar rural. Brasília: MMA, 2005.

BRASIL. IBAMA. **Plano de Utilização da Unidade de Produção**. Programa de desenvolvimento socioambiental da produção familiar rural. Brasília: MMA, 2005.

BRASIL. MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO. **Política Nacional de Ater**. Brasília, 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Estudos da Amazônia**: avaliação de vinte projetos PDA. Brasília: MMA, 2004.

CARNEIRO, M.D.S. (org.). **Dez anos trabalhando pela agroecologia**. Belém: GTNA, 2004.

COPATIORÔ. **Políticas agrárias e ambientais na Amazônia Oriental: Impactos e participação da sociedade civil**. Belém: NEAF/UFPA, 2004.

COSTA, F.A. Questão agrária e macro políticas para a Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.19, n.53, p.131-156, jan./abr. 2005.

FASE apud TURA, L. R.; COSTA, F. A. (Org.). **A Produção Familiar Rural na Amazônia**, Fase: 2004. Disponível em http://www2.fase.org.br/admin/preview.asp?conteudo_id=547. Acesso em 15 de Fev.2007.

GARRAFIEL, D.R., NOBRE, F.R.C., DAIN, J. **Manual da Metodologia Pesa: Uma Abordagem participativa para o desenvolvimento sustentável**. Rio Branco: PESACRE, 2002.

HIGUCHI, N. O desmatamento insustentável na Amazônia. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v.39, n.232, p 67-71, nov.2006.

HURTIENNE, T. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia**. In Coelho, M.C. N et al. Estado e políticas públicas na Amazônia: Gestão do desenvolvimento regional. Belém: CEJUP, NAEA/UFPA, 2001. p177 a 259.

LISBOA, P.L.B. **Rondônia: colonização e floresta**. Brasília: CNPQ, 1989.

LITTLE, P. E. **Projetos alternativos – PDA: Sua influencia na construção do Proambiente**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

MAY, P. H. (Org.) **Instrumentos Econômicos para o desenvolvimento sustentável na Amazônia Brasileira: Experiências e visões**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

PETERSEN, P. Agroecologia: estratégia para a sustentabilidade. **Agriculturas: experiências em agroecologia**. Rio de Janeiro, v.3, n. 3, p.2, out.2006.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL. **Boletim Climatológico de Rondônia – 2003**. Porto Velho: SEDAM, 2005.

SILVA, M.C.R. (org.) **Relatório sócio-econômico e relações de gênero na Associação dos Produtores Alternativos – APA**. Rio Branco: PESACRE, 2004.

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior **Potencialidades regionais, estudo da viabilidade econômica do cacau**. Manaus, 2003. Disponível em www.suframa.gov.br. Acesso em 12 fev. 2007.

SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO OESTE. **Levantamento de reconhecimento de solos, da aptidão agropastoril, das formações**

vegetais e do uso da terra em área do Território Federal de Rondônia. Belo Horizonte: SUDECO, 1975.

WILLERDING, A.L. OLIVEIRA L.A. Diagnóstico de um projeto de enriquecimento florestal na Comunidade do Brasileirinho, Manaus, Amazonas. **Acta Amazônica**, Manaus, v.35, n.4, out./dez. 2005.

8. ANEXOS

Anexo 1: Relação das sugestões e soluções apresentadas pelos associados de Mirante da Serra - RO.

Relação das sugestões e soluções levantadas pelos associados da APA em Mirante da Serra- RO.

- Aumentar e reorganizar o número de reuniões com grupo de mulheres.
- Incentivar mais a apicultura.
- Mais cursos para aproveitamento das frutas.
- Cumprir o que prometer.
- Deseja que a diretoria volte a trabalhar por Mirante da Serra.
- Novos projetos mais abrangentes.
- Pagamento à vista.
- Criar grupo de mulheres onde não existe ainda.
- Financiamento de caixas de abelha.
- Aproveitamento dos agricultores técnicos que já fizeram cursos.
- Realização de mais cursos.
- Técnicas para colheita e beneficiamento de pupunha.
- A APA deveria virar uma cooperativa, para que tivesse isenção de muitos impostos que paga hoje.
- Maior ligação dos sócios com a APA.
- Fazer com que os sócios sejam mais ativos.
- Informar mais os sócios sobre a situação da apa.
- Mais cursos para mulheres.
- Mais uma Assembléia por ano.
- Realizar uma Feira de produtos derivados de cana.
- A loja da APA deve vender mais produtos orgânicos como: feijão, arroz, hortalças, etc.
- Implantar um viveiro para produção de mudas na região.
- Melhorar a relação de comercialização.
- Ajudar na implantação de outras atividades como: Peixes, frutas diferentes, cana, ovos etc.
- Farinheiras
- Garantir ou então comprar os produtos de associados e não de pessoas que não são sócias.
- Resgatar os ideais de fundação da associação.
- Voltar a pensar no bem estar social.
- Projetos para recuperar as matas ciliares.
- Recuperar as áreas com Cupuaçu.
- Aumentar as áreas de pupunha.

Anexo 2: Modelo de Plano de Utilização

		PLANO DE UTILIZAÇÃO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO	
Identificação do Pólo: Grande Ouro Preto			
Identificação do Grupo Comunitário:			
Identificação do Agente Comunitário:			
1 – DADOS CADASTRAIS			
Nome do(a) Produtor(a):			
Apelido:			
CPF:			
Data de Nascimento: 07/03/62		Sexo: (x) M / () F	
Estado Civil: () solteiro; (x) casado; () viúvo; () divorciado; () união estável			
Escolaridade: () sem escolaridade; (x) fundamental incompleto; () fundamental completo; () médio incompleto; () médio completo; () superior incompleto; () superior completo			
Informações gerais sobre a família: (i) nome das pessoas residentes na unidade de produção; (ii) data de nascimento; (iii) sexo; (iv) estado civil; (v) grau de parentesco com o produtor cadastrado; (vi) escolaridade.			
Informações gerais sobre o histórico da família e divisão social do trabalho:			
Nome da Unidade de Produção: Sítio Passeio Ecológico			
Endereço: PA Palmares			
CEP: 78953-000		Município: Nova União	UF: RO

PRONAF A ()	PRONAF B ()	PRONAF C ()	PRONAF D (x)	PRONAF E ()
FNO ()	FNE ()	FCO ()	PRODEX ()	PROCERA (x)
Crédito Estadual () – Especifique:				
Outro Crédito () – Especifique:				
Custeio: R\$ 3.500,00 +3.800,00			Investimento: R\$ 11.800,00	
Projetos de Fomento / Fundo Perdido () – Especifique:				
R\$				
Qual a situação do crédito rural em vigência ?				
(x) Em período de carência				
(x) Em período de amortização, com adimplência				
() Em período de amortização, com inadimplência				
A Unidade de Produção já acessou crédito rural anteriormente ?				
SIM, já acessou (x)			NÃO, nunca acessou ()	
Quantas vezes ? (4)				
Caso já tenha acessado, especifique a(s) modalidade(s):				
1997			PROCERA	
1999			PRONAF-A custeio	
2000			PRONAF-C	
2004			PRONAF-D	
A Unidade de Produção pretende acessar crédito rural para implementar o PU ?				
SIM ()			NÃO ()	
Caso SIM, especifique a modalidade:				
PRONAF A ()	PRONAF B ()	PRONAF C ()	PRONAF D ()	PRONAF E ()
Crédito Estadual () – Especifique:				
Outro Crédito () – Especifique:				
Custeio:			Investimento:	

3 – MAPA DE USO DA TERRA ATUAL**4 – MAPA DE USO DA TERRA FUTURO****5 – TIPOS DE USO DA TERRA**

Tipos de Uso da Terra Atual	HA	%
CULTURAS ANUAIS		
Roça com Queima (Lavoura Branca)		
Roça sem Queima (Lavoura Branca)		
Horta		
CULTURAS PERENES EXTRA RESERVA LEGAL		
Sistemas Diversificados (Consórcios, Sistemas Agroflorestais, etc...)		
Pomar e Quintal		
Sistemas Homogêneos Perenes		
Sistemas Homogêneos Semi-Perenes		
CAMPOS ABERTOS		
Campos Naturais		
Pastagens Degradadas		
Pastagens Manejadas		
RESERVA LEGAL		
Floresta Primária Terra Firme		
Floresta Primária Alagada		
Capoeira		
Sistemas Diversificados (Consórcios, Sistemas Agroflorestais, etc...)		
Sistemas fora das especificações legais		
ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE		
Floresta Primária Terra Firme		
Floresta Primária Alagada		
Capoeiras		
Sistemas fora das especificações legais		
FLORESTAS EXTRA-RL E APPs		
Florestas Primárias Terra Firme		
Florestas Primárias Alagada		
Capoeiras		
RECURSOS HÍDRICOS		
Reservatórios Naturais		
Reservatórios Artificiais		
Rios, Córregos e Igarapés		
SOLO NU		
INSTALAÇÕES (Residências + Infra-Estrutura)		

ÁREA TOTAL	26	
-------------------	-----------	--

Tipos de Uso da Terra Futuro	HA	%
CULTURAS ANUAIS		
Roça com Queima (Lavoura Branca)		
Roça sem Queima (Lavoura Branca)		
Horta		
CULTURAS PERENES EXTRA RESERVA LEGAL		
Sistemas Diversificados (Consórcios, Sistemas Agroflorestais, etc...)		
Pomar e Quintal		
Sistemas Homogêneos Perenes		
Sistemas Homogêneos Semi-Perenes		
CAMPOS ABERTOS		
Campos Naturais		
Pastagens Degradadas		
Pastagens Manejadas		
RESERVA LEGAL		
Floresta Primária Terra Firme		
Floresta Primária Alagada		
Capoeira		
Sistemas Diversificados (Consórcios, Sistemas Agroflorestais, etc...)		
Sistemas fora das especificações legais		
ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE		
Floresta Primária Terra Firme		
Floresta Primária Alagada		
Capoeiras		
Sistemas fora das especificações legais		
FLORESTAS EXTRA-RL E APPs		
Florestas Primárias Terra Firme		
Florestas Primárias Alagada		
Capoeiras		
RECURSOS HÍDRICOS		
Reservatórios Naturais		
Reservatórios Artificiais		
Rios, Córregos e Igarapés		
SOLO NU		
INSTALAÇÕES (Residências + Infra-Estrutura)		
ÁREA TOTAL	26	

